

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2020

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Gráficas Amares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

O OCIDENTE PENINSULAR DE HÁ 3000 ANOS NUM CRUZAMENTO DE ESCALAS. ITINERÁRIOS DAS COISAS E DAS PESSOAS*

WESTERN IBERIA 3000 YEARS AGO AT A CROSSING OF SCALES. ITINERARIES OF THINGS AND PEOPLE

Raquel Vilaça¹

Abstract

By focusing on the Bronze Age and, particularly, on its final stage, the author makes a journey through the research carried on in Portugal in the last 140 years. Having the thread of time as a guiding ballast, but not limited by its linearity, the traveled itinerary stops in some aspects selected by various criteria, which are commented on or discussed. It is not a synthesis about the knowledge of that period, but a text that summons data through its biographies and plural mobility, aiming at understanding and the way it was built.

Keywords: Bronze Age; Portugal; historiography; concepts and ideas

1 – NO INÍCIO

Quem abordar o Ocidente Peninsular entendido como referência aproximada ao território português e colocando-se no período compreendido entre finais do II e inícios do I milénio a.C. (c. 1200-800 a.C.) depara-se com um número assinalável e muito variável de dados e de problemas, que é impossível gerir no seu todo. Este texto aflora apenas alguns deles, seleccionados com critérios vários, e perspectiva-os numa linha historiográfica, procurando, assim, ir ao encontro do que foi solicitado. Por conseguinte, o leitor não encontrará aqui qualquer síntese sobre os conhecimentos daquele período, síntese que, aliás, ultrapassaria largamente a dimensão aceitável para um artigo.

Poderemos tomar como ponto de referência inicial do longo caminho de investigação percorrido até hoje, no que à Idade do Bronze diz respeito, a década de 70 do século XIX, quando são publicadas, por distintos autores, as primeiras referências sobre artefactos de bronze, se bem que notícia anterior, justamente com esse carácter, remeta ainda para finais dos anos 60, como se verá.

Era, então, um tempo de descoberta do nosso Passado mais remoto, com resultados que se traduziam nos primeiros escritos de índole científica, ou para-científica, mas também no anseio de o mostrar e demonstrar – aquele Passado – através da imagem, do objecto. É importante esta vertente se atendermos ao circuito

* Este texto reporta-se à comunicação apresentada no 2.º Colóquio Internacional “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia” (19 de Outubro de 2019) decorrente do convite endereçado pelo Prof. Doutor João Luís Cardoso, a quem agradecemos.

¹ Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. CEAACP. rvilaca@fl.uc.pt

elitista em que aqueles textos se produziam, muitos deles acompanhados da mestria esclarecedora de desenhadores-artistas, ainda tão pouco valorizados na história da Arqueologia. O conhecimento escrito reproduzia-se em circuito necessariamente fechado, porquanto era muito elevado o analfabetismo da sociedade portuguesa, que nunca a ele teria acesso ou o compreenderia.

Por isso, tiveram impacto os museus de finais de Oitocentos com peças arqueológicas², que atraem públicos diversos. Mas a arqueologia exhibia-se igualmente fora deles, de novo só para uma elite, nas colecções particulares, bem como, e com mais alargada proximidade pública, marcando presença pontual nas exposições industriais, artísticas, etc., num tempo que também começou por ser o delas. Encontra-se ainda por explorar de modo consequente o rasto de objectos arqueológicos patentes nessas exposições, objectos cujos itinerários nem sempre são de fácil reconstituição.

Assim foi, por exemplo, em 1869, na “Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia”, promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra (Fig. 1), onde se exibiram publicamente, talvez pela primeira vez em Coimbra, materiais arqueológicos, só em parte com paradeiro hoje conhecido (*Exposição*, 1869). Por exemplo, Adolfo Ferreira de Loureiro fez expor “louças, ossos de animais, armas de pedra e de bronze” recolhidos em Santa Olaia, aquando da abertura da estrada de Coimbra à Figueira da Foz, registando-se assim a primeira notícia relativa àquele sítio de referência do I milénio a.C., materiais a que, pelo menos em parte, se terá perdido o rasto³. E Costa Simões levaria as “5 facas de sílica, do tempo dos Celtas (verificadas pelo sr. Carlos Ribeiro)” aparecidas em 1868 na zona de Ansião⁴.

Continuando em Coimbra, só alguns anos depois, em 1877, encontramos referência explícita a artefactos da Idade do Bronze, mais precisamente no *Catálogo dos objectos existentes no Museu do Instituto de Coimbra*,



Fig. 1 – Capa do livro relativo à *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia*, 1869, promovida pela Associação dos Artista de Coimbra.

² Designadamente, o Museu Archeologico do Carmo, em Lisboa, criado em 1866 por Possidónio da Silva.

³ No momento destas primeiras descobertas, António dos Santos Rocha, o grande obreiro de Santa Olaia, como é bem sabido, tinha apenas 16 anos, estando muito longe de se dedicar à arqueologia; só chegaria a Coimbra um ano depois da exposição, em 1870, para frequentar o 1º ano de Direito (*Anuario da Universidade de Coimbra, no anno lectivo de 1870 para 1871*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 64).

⁴ Em estudo pela autora conjuntamente com João Luís Cardoso.

organizado por Ayres de Campos⁵. Aí são listados oito machados de bronze provenientes do Alentejo, nomeadamente do distrito de Évora, oferecidos por Gabriel Pereira e por Augusto Fillipe Simões, este o também autor da *Introdução à Archeologia da Península Iberica*, livro publicado no ano seguinte, e onde faz menção a machados e à espada de lingueta aparecida na zona de Elvas em circunstâncias desconhecidas, acompanhados já de imagens (Fig. 2) (CAMPOS, 1877, p. 4; 1883, p. 2-4; SIMÕES, 1878, p. 116 e 120).

Além de descoberta, esse era também – e continuaria a sê-lo –, um tempo em que, investigadores e amantes de coisas antigas, muitos deles com verdadeiras redes montadas de ‘colaboradores-colectores’⁶, se movimentavam (e, com eles, os objectos que eram encontrados, vendidos, doados, trocados, destruídos), procurando o rasto de peças arqueológicas, para as suas colecções particulares, para os seus museus, cultivando uma estratégia peculiar de obter poder, pessoal e institucional, e reconhecimento dos seus pares. A título de mero exemplo, veja-se excerto da missiva, datada de 1904, dirigida a Leite de Vasconcelos e o modo como se expressa o ‘colaborador’, felicitando o então director do Museu Etnologico Português pela “caçada de oito machados de bronze” e, com ironia, dizendo-lhe ainda que “regressará bronzeado de todo” (ref. MARTINS, 2008, p. 215, nota 4).

Naquele último quartel do séc. XIX, mas em Lisboa, também cuidava do assunto Possidónio da Silva que, nas *Noções Elementares de Archeologia*, faz brevíssima e genérica referência a machados de bronze (SILVA, 1878, p. 20-21). Porém, o interesse por artefactos de bronze vinha de antes, de 1866, conforme observa A. C. Martins, quando apareceu o machado de alvado e duplo anel encontrado no Escoto, perto da Abrigada (Alenquer) (MARTINS, 2003, p. 252, nota 437). Como também já antes tinha sido sublinhado, esse machado terá protagonizado uma das primeiras notícias arqueológicas na imprensa portuguesa, em concreto o *Diário de Notícias* de 25/01/1867, dele se tendo então ocupado Pereira da Costa (DOMINGOS & GOMES, 1994: 9).

Possidónio da Silva apresentaria depois, em 1880, no *Congrés International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques* um trabalho específico, curto, mas inteira e exclusivamente dedicado a machados de bronze,

⁵ Era então o Instituto de Coimbra (1852-1981) uma prestigiada agremiação académica (científica e literária) que se organizava em classes e secções. Em 1873 é proposta a criação de uma Secção de Archeologia, oficializada no ano seguinte, e que tinha como prioridade a construção de um museu, o que aconteceu.

⁶ Sobre o assunto, veja-se o interessante estudo de Elisabete Pereira (PEREIRA, 2018, p. 25-26, 56-57).

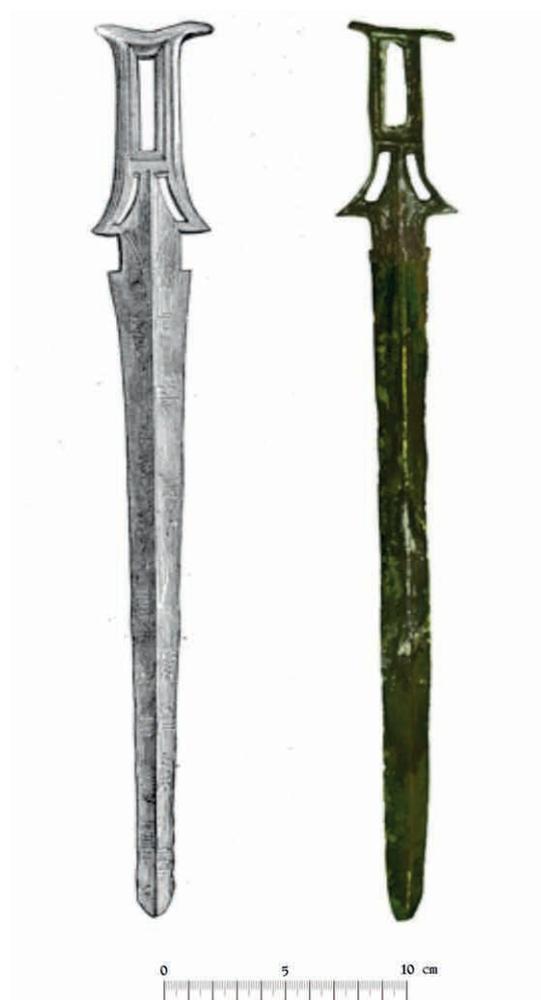


Fig. 2 – Espada da região de Elvas encontrada em circunstâncias desconhecidas (segundo SIMÕES, 1878, fig. 71, à esquerda, e foto de C. Bottaini, à direita).

portugueses e estrangeiros, que serviram de comparação (SILVA, 1883a; 1884)⁷. No âmbito da Idade do Bronze, dedicaria ainda um texto à ourivesaria, em concreto à ‘argola de Penela’ (SILVA, 1883b), objecto a que se perderia o rasto em 1910, aquando da implantação da República. O itinerário deste colar de ‘tipo Sagrajas-Berzocana’, paradigmático exemplo do que se entende como ‘objectos fronteira’ (PEREIRA, 2018, p. 66), foi traçado em síntese recente (VILAÇA, 2015, p. 33-37).

Os machados de Ferreira de Aves (Sátão) e de Roriz (Minho) (Fig. 3), pelas suas grandes dimensões e, especialmente, por terem “duas azas e extremidade chata”, justificariam que falasse de um “tipo especial”, afirmando premonitoriamente que “essa indústria foi criada no nosso solo possuindo um carácter novo e especial” (SILVA, 1882: 45).

A existência dos cones de fundição, que levaram depois Luis Siret a considerar essa categoria de machados, muito chumbados, como votivos (SIRET, 1913), não terá sido plenamente compreendida por Possidónio da Silva, mas o reconhecimento do tipo como “indígena” sim, tratando-se da mais expressiva produção de machados tardios do Noroeste, que Obermaier baptizará de ‘tipo galaico-português’, e que ficou plenamente demonstrado na conhecida obra que Monteagudo dedicaria aos machados peninsulares (MONTEAGUDO, 1977).

Passados mais de 140 anos do trabalho pioneiro de Possidónio da Silva, o estudo desse tipo de machados prossegue. Entre as problemáticas que estão na ordem do dia conta-se a que discute a sua inserção numa rede regional de trocas indígenas para alimentar as necessidades de procura do ‘mercado fenício’, através de um produto estandardizado destinado à exportação (GALÁN, 2005). Concomitantemente, pela acentuada homogeneidade de tamanhos e de pesos desses machados, este investigador advogou que teriam a função de ‘divisa’, i.e., um meio de troca com valor reconhecido (GALÁN, 2005, p. 470-471; GALÁN & RUIZ-GÁLVEZ, 1996).

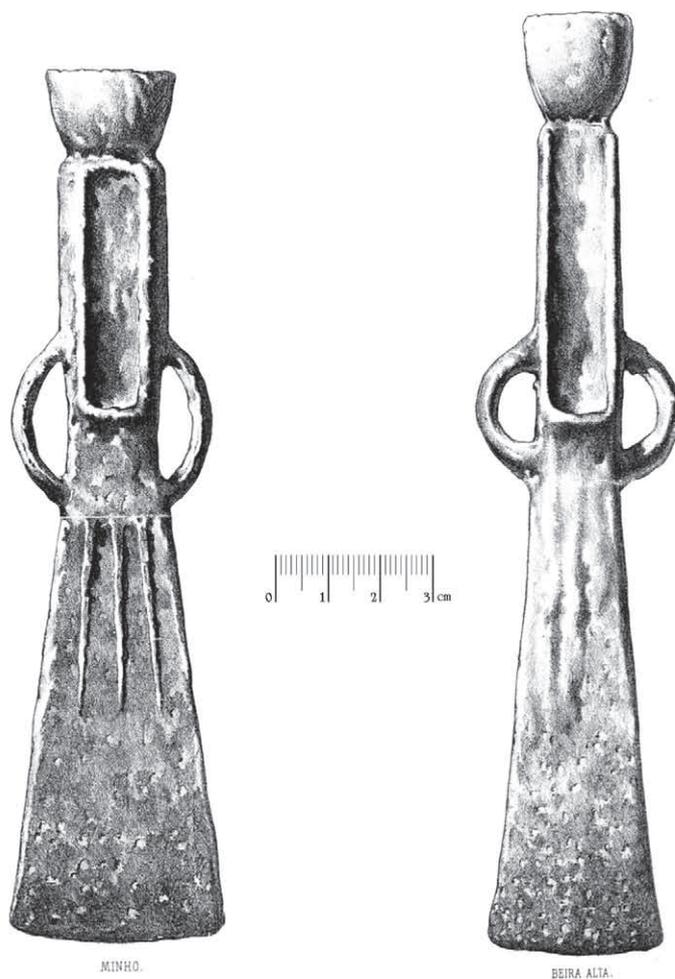


Fig. 3 – Machados de Roriz, à esquerda, e de Ferreira de Aves, à direita (segundo SILVA, 1883a, est. 36, adaptado).

⁷ Sobre as considerações de Possidónio da Silva a respeito dos machados, veja-se comentário de Estácio da Veiga (VEIGA, 1889: 340) e a análise de pormenor que faz a alguns daqueles (VEIGA, 1891: 221-225). Para outras informações veja-se ainda MARTINS, 2003, p. 252-253.

Note-se que é esta categoria de machados a materializar os depósitos de bronze mais tardios, a entrar já na Idade do Ferro, frequentemente com elevado número de peças (em particular se comparados com outras categorias de depósitos) e, ao mesmo tempo, representando um fenómeno marcadamente regional (VILAÇA, 2006, p. 81-83). A composição das suas ligas, em regra com elevado teor de chumbo, que os torna pouco ou nada funcionais, concorre no sentido de poderem ser entendidas como peças com forma de machado, mas não machados.

O inequívoco interesse das problemáticas que colocam justifica que se encontre a decorrer um projecto de investigação internacional coordenado por Xosé-Lois Armada⁸, que incluiu, para a parte portuguesa, o estudo de cerca de sete dezenas de machados de talão com cone de fundição. Um dos principais objectivos do projecto visa conhecer melhor o processo de fabrico destas peças, nomeadamente a compreensão dos elevados teores de chumbo no modo como este se distribui ao longo do corpo, lâmina, talão e cone. Com efeito, é notória a descontinuidade entre a composição do corpo dos machados e a dos cones de fundição, onde pode ocorrer a presença de expressivos núcleos de chumbo (Fig. 4).



Fig. 4 – Fragmentos de machados de talão com cone de fundição e núcleo de chumbo de proveniência desconhecida da província de Lugo (Foto Projecto ATLANTAXES).

⁸ Projecto ATLANTAXES – “Producción y deposición masiva de bronzes plomados en la transición Bronce Final-Edad del Hierro de la Europa atlántica” (HAR2017-84142-R), que tem na equipa, da parte portuguesa, Carlo Bottaini e a autora deste texto.

2 – CONTINUANDO, COM AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Em finais do século XIX, outras obras de grande fôlego, ainda que aparentemente só de vocação regional, como as *Antiguidades Monumentais do Algarve* (VEIGA, 1886, 1887, 1889, 1891), não deixam de abarcar, a uma escala nacional, diversos registos importantíssimos sobre a última etapa da Idade do Bronze, tal como esta não deixa de estar presente, se bem que diluída e de modo bem distinto, nas *Religiões da Lusitânia*, obra que marca a transição para o novo século (VASCONCELOS, 1897, 1905, 1913).

Será o investigador que trouxe o Algarve para a arqueologia a valorizar, pela primeira vez de modo consequente, a riqueza e diversidade dos recursos mineiros portugueses com evidências da sua exploração pré-histórica, o que lhe permitiu defender a autonomia das produções peninsulares, designadamente de machados (VEIGA, 1891, p. 165-168; 232).

Ao mesmo tempo, na viragem do século, multiplicam-se as publicações avulsas dedicadas à Idade do Bronze, através de artigos, que continuam a dar ênfase aos objectos metálicos com os quais aquela se identificava. Além dos castros e de outros povoados sobre os quais quase nada se sabia, pouco mais havia para se poder contar como tinha sido na Idade do Bronze.

Por isso, tão reveladores são os textos assinados por Leite de Vasconcelos e por Tavares Proença, que dão a conhecer, no raiar do século XX, a existência de estelas, estátuas-menires e tampas sepulcrais da Idade do Bronze de distintas cronologias (Fig. 5) (PROENÇA, 1905; VASCONCELOS, 1906). Eis um tema transversal a quase todas as gerações que se seguiram, mas que só conheceria a primeira sistematização, à escala peninsular, nos anos 60 (ALMAGRO BASCH, 1966) e, uma década depois, numa das principais sínteses que se escreveram sobre o assunto (GOMES & MONTEIRO, 1977).

Tema que continua hoje, inesgotável: pela acumulação crescente de dados, pela multiplicação e diversificação de problemáticas, pela conquista de novos territórios, pela revisão cronológica, pelas revolucionárias metodologias de registo e de leitura, demonstrando que há muito caminho por fazer (v.g. VILAÇA, coord. 2011; DÍAZ-GUARDAMINO & WHEATLEY, 2015).

Em 1924 a casa editora Figueirinhas dava à estampa *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, de Mendes Corrêa, até certo ponto prelúdio do que apresentará quatro anos depois na *História de Portugal* e onde, nesta, ao contrário daquela, a Idade do Bronze perde estatuto autónomo, como capítulo, surgindo associada aos “Pré-Celtas dos dólmenes, das grutas e das cistas” (CORRÊA, 1924, p. 223-248; 1928, p. 114-156).

Aí encontramos o primeiro ensaio de distribuição tipológica de machados em termos cartográficos, permitindo ao autor tecer, de acordo com o enquadramento epistemológico da época e da sua própria formação, considerações sobre as supostas áreas de povoamento, de “desenvolvimento e de atraso cultural” da Idade do Bronze (CORRÊA, 1924, p. 235-236, fig. 25).

Impacto com consequências bem maiores na investigação futura teve o seu trabalho sobre as necrópoles de incineração da zona de Alpiarça, pelos dados que lhe chegaram às mãos. Reveladas já antes, em 1916, no decurso de trabalhos agrícolas, a sua divulgação será feita através das imagens e notas que lhes dedicou na popular ‘História de Barcelos’ (CORRÊA, 1928: 145-147), mas também em outros trabalhos dispersos (VILAÇA, *et al.*, 1999, com compilação exaustiva da bibliografia).

Passados mais de 100 anos após essas primeiras descobertas e, não obstante os importantes contributos que foram sendo prestados por distintos investigadores, permanecem várias questões em aberto. Por isso, quem se debruçar sobre o mundo da morte no Bronze Final do Ocidente peninsular, muito em especial, no que toca as práticas de incineração com deposição em urna, não poderá deixar de visitar sempre Alpiarça.



Fig. 5 – Antiga Capela do Convento de Santo António (Castelo Branco), observando-se em 1º plano o menir, à direita, e as estátuas-menires, ao centro e à esquerda, encontrados por Tavares Proença Júnior, autor da fotografia (1910) (Foto Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Câmara Municipal de Castelo Branco).

Em recente revisão desta problemática, onde se sistematizaram os dados disponíveis para o Centro de Portugal, foi sublinhado o quanto terá sido importante na disseminação de tais práticas a “Linha do Tejo” como eixo privilegiado na mobilidade de pessoas, de objectos e de ideias, sendo na sua envolvência que ocorrem algumas das mais interessantes situações, se bem que cada qual expressando-se por importantes especificidades (VILAÇA, 2017, p. 114-116; VILAÇA & CARDOSO, 2017, p. 260). Tais são os casos das duas estruturas subcirculares do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), uma delas com urna *in situ* e ossos no seu interior (Fig. 6), o primeiro caso que foi cientificamente escavado (Cardoso *et al.*, 1998), e o do *tumulus* de Souto 1 (Abrantes), escavado já neste século por Ana Cruz, com púcaro, ossos e fragmentos de bronze depositados em grande urna (Fig. 7-1 e 7-2) (BELTRAME *et al.*, 2018).

Mas não só o Tejo. Os rituais de incineração em contentor cerâmico incorporam geografias mais alargadas, designadamente para norte, como bem mostra o achado de Paranho (Tondela) revelado naqueles distantes anos 20 e depois estudado de modo exemplar por Domingos Cruz (CRUZ, 1997). Achado então considerado correctamente da Idade do Bronze, sim, mas também com a anotação de “transição das antas para as cistas”, conforme se lê em ‘Caderno manuscrito’ de José Coelho, investigador viseense que recolheu, preservou e divulgou esses achados (Fig. 8-1 e 8-2) (COELHO, 1925).



Fig. 6 – Estrutura 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), observando-se na área rebaixada e do lado esquerdo a sub-estrutura 3, onde se encontrava a urna, incompleta, com ossos calcinados (Fotos de J. L. Cardoso, adaptadas).



Fig. 7.1 e 7.2 – Distintas fases de escavação da urna e púcaro do *tumulus* de Souto 1, observando-se esquirolas dos ossos calcinados e fragmentos de bronze no seu interior (Foto de Ana Cruz).

O ritual de incineração em si não pode igualmente ficar aprisionado aos finais da Idade do Bronze, nem a eixos de disseminação muito precisos, uma vez que os seus testemunhos se conectam com áreas geográficas e culturais de distintas zonas da Península Ibérica, com forte expressão na Catalunha, além de recuar ao III milénio a.C., pelo menos (VILAÇA, 2017: 111-112, com bibliografia da especialidade).

O tratamento da morte em finais da Idade do Bronze foi manifestamente diferencial, até pela parcimónia da sua visibilidade, mas incluindo também, além de outros, rituais de inumação tão eloquentemente expressos no singular exemplo da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (*vd. infra*), onde coisas e pessoas se associam a itinerários traçados conforme o narrador, de que copiosa bibliografia dá conta (v.g. SPINDLER *et al.*, 1973-1974; CARDOSO, 2000; VILAÇA & CUNHA, 2005).

3 - PELO SÉCULO XX ADIANTE

Entretanto, e avançando, porque não é objectivo deste texto fazer uma história linear e cadenciada da investigação sobre a Idade do Bronze, nem sequer uma síntese sobre esse percurso, nas últimas quatro décadas, a investigação, ao mesmo tempo que acelerou o processo cumulativo de evidências empíricas, encarregou-se também, e sobretudo, de as multiplicar quanto à sua natureza e qualidade, hoje incomparavelmente mais diversa, mais consistente.

No início, e ainda durante muito tempo, predominaram os dados ditos ‘fora de contexto’, que se revelavam sem aviso (como sucedeu com os dados de Alpiarça antes mencionados, perdendo-se toda a informação sobre a organização espacial das necrópoles) e se foram reunindo nos museus e em colecções particulares. É este um campo de investigação a não negligenciar pelo ineditismo com que muitos permanecem, ou pela potencialidade de estudo de outros, mesmo que já amplamente conhecidos. Como adiante se verá, diversos investigadores tiraram o melhor partido dessa situação e abriram caminho a emergentes gerações de outros.

Por outro lado, distintos enquadramentos epistemológicos com novos questionários, ou reabilitando paradigmas antigos, a par de inovadoras ferramentas metodológicas de

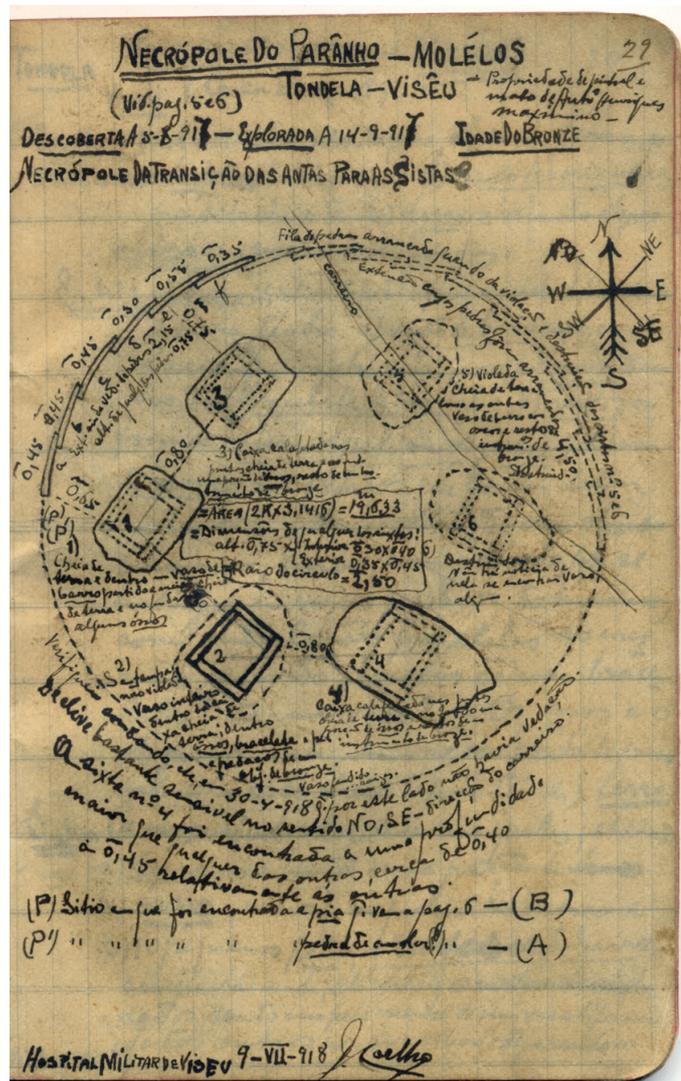


Fig. 8.1 – Necrópole do Paranho, Tondela. Esboço registado em ‘Caderno manuscrito’ de José Coelho, com data de 9.07.2018 (segundo VILAÇA, 2017, Est. I).



Fig. 8.2 – Necrópole do Paranho, Tondela. Urnas com ossos calcinados em exposição na ‘Sala José Coelho’, Viseu (segundo VILAÇA, 2017, Est. II 1).

registo e de análise perspectivadas em termos interdisciplinares têm contribuído de sobremaneira, desde anos mais recentes, para construir de forma sólida o conhecimento sobre o Bronze Final, conhecimento permanentemente renovável como é apanágio da ciência.

Entre esses questionários, destaque-se, por ser dos mais recentes, o tema das migrações, que regressou e regressaram às narrativas arqueológicas numa versão aparentemente mais *soft*, já não pautadas pelo difusionismo e violência nem travestidas em modelos de centro-periferia, mas perspectivadas enquanto estratégia social. Em associação directa coloca-se o problema da mobilidade humana, sendo de eleger nesse campo os estudos de DNA e os de isótopos estáveis de estrôncio sobre restos humanos e de animais. Todavia, este é um eixo investigativo com mais futuro do que presente no que ao Bronze Final português diz respeito, ao contrário do que se está a fazer para o Neolítico e o Calcolítico, que se adiantaram, como recentemente foi sublinhado (VILAÇA & BAPTISTA, 2020, p. 24).

Por motivos opostos, i.e., pela forma reiterada com que surge na bibliografia, é o incontornável tema das relações Oriente-Occidente (e vice-versa) durante o Bronze Final e, claro é, tema que muito ganhará quando a problemática antes referida for explorada e aplicada a casos de estudo com enquadramento cronológico similar.

Efetivamente, quem se debruçar sobre esta etapa sabe também, ou cedo se aperceberá, da indissolúvel ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo onde é possível configurar áreas privilegiadas de conectividade se bem que com interlocutores distintos e intensidade também diversa em função do tempo e do espaço. Esses mundos, que o Occidente peninsular foi filtrando pelo poder de agenciamento das sociedades indígenas, traduziram-se num conjunto assaz sugestivo de materialidades. Essas materialidades, tangíveis e intangíveis, foram incorporadas,



Fig. 9-1 – Espelho do nuraghe San Pietro (Nuoro), Museu Arqueológico Nacional de Nuoro (Sardenha) (https://it.wikipedia.org/wiki/Nuraghe_San_Pietro).

adaptadas, recriadas, talvez nem sempre com pleno entendimento dos seus significados por diversas comunidades do território hoje português (VILAÇA, 2013). Esse processo, ao mesmo tempo de assimilação e de re-significação, que se adensou na viragem do II para o I milénio a.C., ganhando expressiva visibilidade em insuspeitas geografias mais interiores, permanecerá transmutado em novos contextos geo-históricos.

É sabido que a forma como os investigadores identificam essas conexões é plural. Procuram-se similitudes entre artefactos tangíveis, analisando a forma, a técnica, o estilo, aspectos que também permitem detectar as diferenças e, conseqüentemente, a criatividade particular de cada um. Comparem-se o cabo do espelho do nuraghe de San Pietro (Nuoro), com a característica decoração entrançada obtida pelo método da cera perdida, e os ‘tranchets’ da Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul), cujos cabos são também alveolados, porém não decorados, ainda que aquela técnica decorativa de cariz sardo-sírio-cipriota fosse conhecida pelos carrinhos votivos do sítio beirão (Fig. 9-1 e 9-2). Identificam-se paralelos a nível iconográfico, estratégia escorregadia



Fig. 9-2 – Tranchets de Nossa Senhora da Guia de Baiões (Foto de B. Armbruster).

mas desde sempre praticada e não dispensável (*vd. infra*). Ambiciona-se a validação em laboratório com recurso à caracterização de objetos ou de matérias-primas na óptica da proveniência.

Neste campo, o âmbar de origem báltica, ou sucinite, é um dos mais elucidativos exemplos (Fig. 10-1), sendo certo que o caminho percorrido desde o Báltico até ao território português não foi necessária nem provavelmente directo, nem, tão-pouco, será o laboratório a indicá-lo, mas terão de ser antes os arqueólogos a perscrutá-lo (VILAÇA *et al.*, 2002, p. 77; VILAÇA, 2020, p. 49). Sabemos que chegaram materiais, como contas de colar (Fig. 10-2), mas também matéria em bruto, como testemunham alguns dos achados, pelo menos, de Baiões⁹ (VILAÇA *et al.*, 2002; MURILLO-BARROSO & MARTINÓN-TORRES, 2012; ODRIÓZOLA *et al.* 2017; MURILLO-BARROSO *et al.*, 2018).

Convém sublinhar que os itinerários de bens e de produtos implicam, antes de tudo, um problema de escala. Quando a análise se foca na macro escala, ela incide em particular sobre os designados ‘bens de prestígio’, como o âmbar ou objectos de uso excepcional, mais fáceis de identificar devido à sua raridade ou exotismo, como acontece com as pegas de Pé do Castelo (Beja) e do depósito de Monte Sa Idda (Sardenha), ambas testemunho de engenhoso trabalho obtido pelo método da cera perdida (*vd. supra*) e sabe-se lá de que modo seriam utilizadas (Fig. 11). Como ‘bens de prestígio’, decerto só acessíveis a uma escassa minoria, traduzem ainda a existência de profundas divergências sociais – também marca da época – ao mesmo tempo que deixam na penumbra a essência da sociedade. Com eles poderemos fazer a história das elites mas não a das comunidades.

Só acedendo aos contextos e micro-contextos em que estas tiveram assento, os espaços de todos os dias, e como os habitaram, relacionando-se entre si e com esses mesmos espaços, no sentido da ideia de “dwelling perspective” (INGOLD, 2000, p. 153), onde aquelas, as elites, não obstante, também se incorporavam, habi-



Fig. 10.1 – Distribuição de âmbar em contextos do Bronze Final em Portugal. A vermelho, sucinite, a verde, não analisadas.

⁹ Este, o da circulação de âmbar em bruto, é um assunto a merecer atenção e que deverá ter adquirido maior expressão durante a Idade do Ferro (vg. a sua presença no naufrágio de Bajo de la Campana, Múrcia).

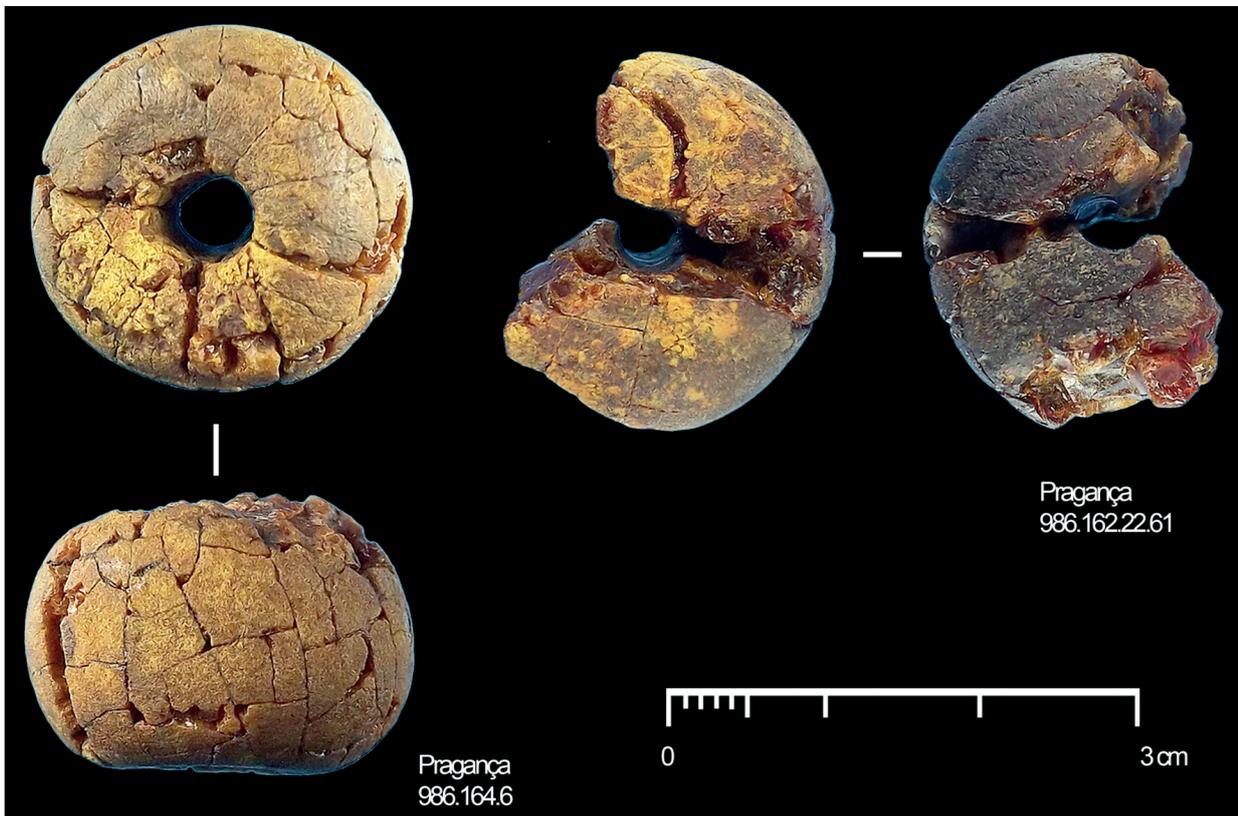


Fig. 10.2 – Contas de colar em âmbar de Pragança (segundo ODRIOZOLA *et al.*, 2017, Fig. 11).

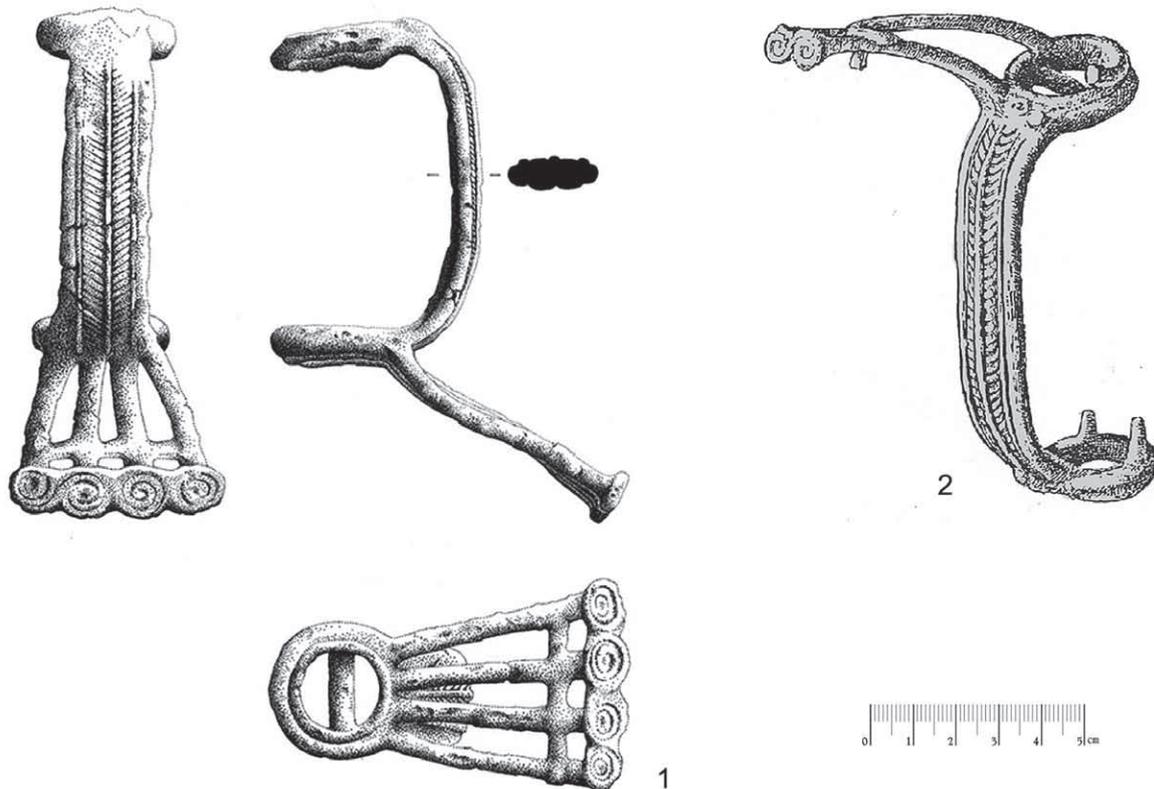


Fig. 11 – Objectos em forma de pega, mas de uso concreto desconhecido, de Pé do Castelo (Beja), à esquerda, e do depósito de Monte Sa Idda (Sardenha), à direita (segundo VILAÇA, 2013, Fig. 8).

tando-os, poderemos pensar que conseguimos captar de alguma forma o todo social, o que não significa que o façamos. E sem esquecer que o Bronze Final também é feito de um fugidio mundo dos mortos e materializado por práticas absurdas, na perspectiva de hoje, de acumulação de metal e de descarte de coisas úteis ou até mesmo produzidas e nunca utilizadas.

É sobretudo naqueles espaços, entendidos igualmente como lugares praticados (CERTEAU, 1990, p. 173), e na forma como as pessoas se articularam entre si e com os vizinhos, e com os territórios, em rotinas diárias ou em função das estações do ano, explorando-os, demarcando-os física e conceptualmente, ou deles se apropriando, inclusive a nível emocional, que se terão fomentado sentimentos de pertença, de identidade, de hereditariedade, com ou sem conflitualidade efectiva.

No âmbito da perspectiva historiográfica subjacente a este texto, esta linha de pesquisa – a escavação dos lugares habitados – revela-se-nos como critério luminoso para estabelecer, é certo de modo minimalista e obviamente discutível e subjectivo, duas grandes etapas na investigação do Bronze Final em Portugal. Essas etapas entrelaçam-se, foram-se entrelaçando, através de um ‘separador’ que compaginamos com os intensos e híbridos anos 70 do século passado.

Intensos, porque a investigação acelerou e ganhou escala, nas universidades e fora delas, conquistando outros actores, para o que muito contribuiu a abertura e democratização do país que só a Revolução de Abril permitiria.

Híbridos no sentido em que são anos de afirmação de uma forma de pesquisa assente em paradigmas tipológicos, com um longo passado, alguns deles passadistas, que continuam, altamente dependentes do artefacto, das colecções museológicas; e, ao mesmo tempo, são anos em que se ensaiam pistas investigativas com novos horizontes, desenvolvidos nas décadas seguintes, e que têm como pilares estruturantes o sistemático trabalho de campo, o estudo dos lugares, dos territórios, das paisagens culturais, nas inúmeras potencialidades que oferecem.

Entre os trabalhos mais recentes que se colocam nesta linha conta-se o que teve origem no colóquio “Sistemas de povoamento do território português no decurso do Bronze Final” e que foi publicado sob a forma de dossiê temático nas páginas desta revista (AA.VV., 2013). No ano seguinte, com outros contributos, realiza-se nova reunião para tratar “A Idade do Bronze em Portugal: os dados e problemas” (AA.VV., 2014).

É óbvio que nunca se saiu do campo e sem ele não se teriam produzido relevantes e inovadores conhecimentos. Dificilmente encontraremos melhor exemplo que o do chamado Bronze do Sudoeste, com o qual Schubart demonstrou a sua autonomia em obra de referência impensável sem trabalho de campo (SCHUBART, 1975). A discussão do conceito, que engloba, se bem que lateralmente a última etapa da Idade do Bronze, foi alvo de recente síntese valorativa muito bem feita (SILVA & SOARES, 2018).

Mas a norma passará a ser, a partir daqueles anos 70 (com todos os desvios que sempre sucedem), o enquadramento do trabalho de campo em projectos estruturados, com objectivos definidos, com metodologias adequadas e apoiados em quadros conceptuais de referência.

Aquela é também a década da revelação de sítios emblemáticos, porque sempre presentes e discutíveis, como a Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul) (SILVA, 1978; 1979) (*vd. infra*), ou a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Fig. 12-1 e 12-2) (SPINDLER *et al.*, 1973-1974). Basta lembrar um pormenor, não de somenos: ambos informaram de que se alimentavam as pessoas, no dia-a-dia, com trigo, cevada, milho miúdo, bolota e leguminosas, ou no momento de despedida dos seus mortos, onde rituais de comensalidade envolvendo restos de cabra e de carneiro terão sido importantes, temas até então ausentes da investigação e que alcançaram em tempos mais recentes relevante importância.



Fig. 12.1 – *Tholos* da Roça do Casal do Meio (foto cedida por J. L. Cardoso, arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. Cardoso, 1972).



Fig. 12.2 – Pormenor da câmara da Roça do Casal do Meio (vista para SW) após limpeza em 2014 (Foto de Palimpsesto Ldt.^a).

A década de 70 é igualmente a que passará a contar com as primeiras datas de Carbono 14 para o Bronze Final, numa altura em que tal método tinha ainda entre nós, como se sabe, limitada aplicação. Esses primeiros resultados foram obtidos a partir da análise de madeira preservada nos alvados de duas pontas de lança, uma daquele povoado beirão, encontrada nas escavações aí realizadas em 1973 (KALB, 1974-1977; SILVA, 1978, p. 528), a outra do Monte da Penha (Guimarães) (CARDOZO, 1970: 95), qualquer um deles possuindo grande desvio-padrão (GrN 7484: 2650±130 BP, a de Baiões; s/ref.: 2880±65 BP, a da Penha). Note-se que são ainda os artefactos, e não carvões ou restos alimentares provenientes de contextos estratigráficos, a proporcionar esses resultados. Baiões dispõe hoje de mais três datações absolutas, estas muito coerentes e já discutidas, além de uma quinta, inédita (VILAÇA, 2008, p. 384-385).

Em suma, contando já com quase 150 anos de investigação, o conhecimento sobre as derradeiras etapas da Idade do Bronze foi sendo construído num continuum, mas conhecendo mudança expressiva, a nível de conteúdos, de metodologias e de paradigmas, a partir da década de 70 do séc. XX.

4 – O NOME DAS COISAS E A SUA SUSTENTÁVEL PRESENÇA

Durante o Bronze Final as comunidades, mais do que construtoras de grandes e complexas estruturas, que se limitam a situações pontuais, designadamente de natureza protectora como bem expressa, a título de exemplo, o caso da muralha do Outeiro do Circo (Beja) (SERRA, 2014), foram comunidades de hábeis artífices, do metal (v.g. o método da cera perdida, os sistemas de rebitagem), da cerâmica (v.g. cerâmica de ‘tipo Lapa do Fumo’), que se manifestaram através de objectos e da sua manipulação.

Como se sabe, esse foi também um período de particular capacidade de acumulação de bens materiais metálicos (bronze e ouro) ocultados intencionalmente sob a forma de depósitos, de cariz ritual ou outro, e que poderiam ser tomados como ‘marca de água’ de uma época de difícil discernimento. Por isso, também os depósitos estiveram sempre presentes como objecto de estudo, tendo merecido, nos últimos 20 anos, renovado interesse através de diversas publicações avulsas de distintos investigadores, para além de um texto monográfico de maior fôlego que sistematizou e discutiu dados, problemáticas e metodologias sobre o assunto, bem assim como um trabalho académico correspondente a tese de doutoramento (VILAÇA, 2006; BOTTAINI, 2012).

Portanto, o conhecimento sobre o Bronze Final tem sido construído em boa parte com artefactos, muito em especial com artefactos metálicos. Assim foi, designadamente durante o séc. XX, não admirando que os principais eixos orientadores dessas abordagens tenham sido durante muito tempo: o rastreio de objectos metálicos desvalorizando contextos; tenham resultado numa apurada análise da sua tipologia mas não da metalurgia, negligenciando-se a cadeia operatória da sua produção; tenham colocado a tónica na tipologia comparada, dando-lhe visibilidade em termos cartográficos como reflexo da circulação de tipos sobretudo a nível da macro escala; tenham utilizado os metais como elementos legitimadores de construções histórico-culturais e de entidades arqueológicas discretas, a que foi dado um nome.

O nome das coisas e dos conceitos em arqueologia é indispensável. A sua proliferação, por vezes com designações distintas mas reportando-se às mesmas entidades arqueológicas, é de evitar; o ruído que tal origina não é benéfico para a investigação.

Os conceitos que se inventam visam nomear algo e, ao nomear, identificamos, logo, fazemos existir (LEHOËRFF, 2008, p. 11). A biografia dos conceitos espelha assim, também, o próprio evoluir da ciência arqueológica.

Por exemplo, um dos principais tipos do Bronze Final, a cerâmica de ‘tipo Beira Alta’, foi designação cunhada pelo cónego Celso Tavares da Silva que, pela primeira vez, a valorizou (SILVA, 1978, p. 191) (Fig. 13). Esta categoria de cerâmica, logo depois denominada de ‘tipo Baiões’¹⁰, com cerca de 3000 anos, ‘não existia’, porém, no tempo de Leite de Vasconcelos, porque não tinha sido, então, ainda nomeada, i.e. reconhecida pela sua especificidade. Não obstante, quem a dá a conhecer em primeira mão através da publicação de um fragmento do castro da Sr.^a do Bom Sucesso de Chã de Tavares (Mangualde) é o director do Museu Ethnológico Português (VASCONCELOS, 1917, p. 116, fig. 19).

Nomear no plano circunscrito dos tipos e tipologias que se criam, desde que estes e estas sejam alvo de definição e utilizados na justa medida com que são ou foram criados, parece ser incontornável e de óbvia utilidade. Esta questão também não é de somenos, uma vez que os conceitos, tal como as coisas e as pessoas, têm o seu próprio itinerário, ou seja, podem ser desvirtuados adquirindo significado distinto daquele que tiveram na origem e podem também mudar de nome.

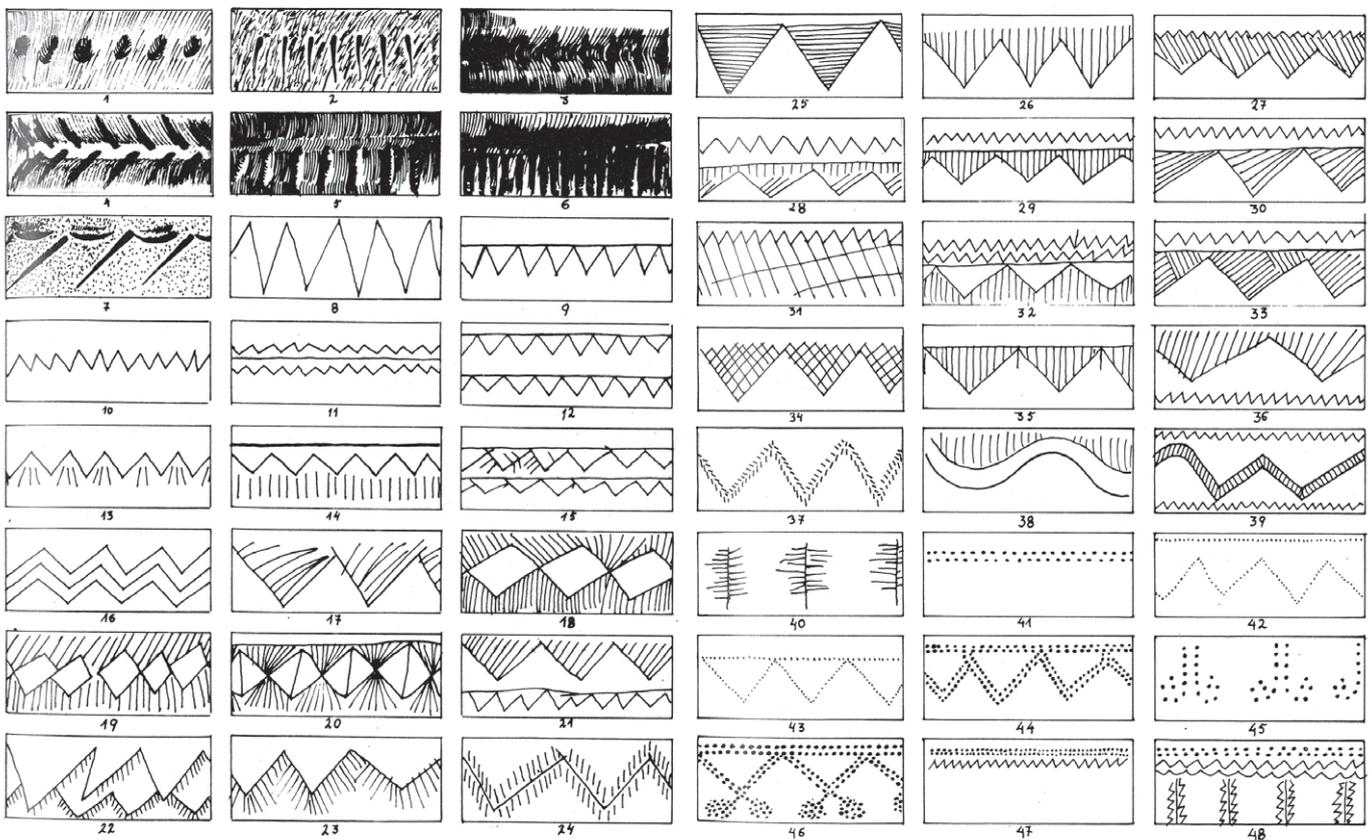


Fig. 13 – Quadro com motivos decorativos de cerâmica de tipo Baiões (segundo SILVA, 1978, Est. VIII e IX).

¹⁰ Embora a cerâmica deste sítio arqueológico seja bem diversa, nomeadamente em termos decorativos (técnicas, motivos e sua organização), a terminologia ‘tipo Baiões’ é aplicada à decoração incisa feita após cozedura, ou prévia à cozedura, mas com a pasta dos recipientes numa fase de acentuado grau de secura, i.e. de dureza.

Este processo de identificação/ nomeação, que deveria ser contido e limitar-se a ser um instrumento operativo, toma-se por vezes como uma entidade histórica cuja verificação arqueológica é altamente problemática e a sua validação mais ainda.

Sem nenhuma preocupação de exaustividade, fazendo um rastreio da bibliografia produzida, encontramos um rol bastante significativo de nomes e de conceitos, uns de conotação mais cultural, outros dando ênfase à expressão geográfica, outros de nível apenas tipológico, outros com valor sobretudo cronológico, uns com maior êxito, outros caídos no esquecimento (uns quantos ainda bem). Eis alguns exemplos: Bronze Mediterrânico, Bronze Atlântico, Bronze do Sudoeste, Fase Penha/ Cogotas, Grupo Lusitano, Cultura de Alpiarça, Cultura do Noroeste, *Koiné* atlântica, Grupo Baiões/ Santa Luzia, Horizonte Roça do Casal do Meio, Horizonte Ervidel II, Horizonte Ria de Huelva, Horizonte Baiões/Vénat, Metalurgia Baiões/ Santa Luzia, etc.

Sem se pretender, e menos ainda se justificar um comentário a todos, é de destacar um – o Bronze Atlântico – pela longevidade (com quase oitenta anos) e indiscutível êxito. Tão indiscutível quanto discutível é a sua existência enquanto entidade cultural. A sua indelével presença nas publicações portuguesas, peninsulares e europeias, o que lhe confere óbvia dimensão internacional inerente à matriz do seu significado, explica que seja dos poucos a ter merecido a organização de encontros temáticos. Só na primeira metade dos anos 90 do século passado realizaram-se dois, entre vários outros, importantes colóquios internacionais sobre o Bronze Atlântico (CHEVILLOT & COFFYN, dir., 1991; JORGE, ed., 1998).

Neste último, a discussão do significado do conceito chegou a ser alvo de texto independente por parte de uma investigadora portuguesa (BETTENCOURT, 1998), embora, é óbvio, o assunto tivesse sido transversal a todo o colóquio, tal como já antes o tinha sido na bibliografia portuguesa. Trabalho académico de 1994, convertido em livro publicado no ano seguinte, tratara, justamente, de diversas questões de terminologia, com especial tónica na ideia de Bronze Atlântico e reportando-se a contributos anteriores (VILAÇA, 1995, p. 26-38).

Não se pretende retomar aqui o que já foi dito e que o leitor encontra nas sínteses referidas antes, mas é justo recordar os protagonistas responsáveis pela criação do conceito e alguns dos eixos orientadores do seu pensamento.

Quando Martínez Santa-Olalla regista a expressão Bronze Atlântico, por oposição ao Bronze Mediterrânico, que distingue sob o ponto de vista cronológico, decerto não imaginaria o impacto futuro da sua criação (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1941). Todavia, a invenção do conceito não surgiu do nada, já que Bosch Gimpera havia distinguido antes, numa perspectiva dualista em termos de influências externas, o Bronze do Noroeste do Bronze Levantino ou do Sudeste, conferindo-lhes conotação de ordem geográfica e cronológica (BOSCH GIMPERA, 1932).

Nos finais dos anos 40 entram em cena, quase em simultâneo, MacWhite e Savory, investigadores que marcariam, muito em especial este último, várias gerações de arqueólogos, nomeadamente os que trabalham a Península Ibérica.

O primeiro, de certa forma pioneiro do internacionalismo hoje tão valorizado, na dupla perspectiva de ter ido da Universidade Nacional da Irlanda para a Universidade Complutense, como *'Traveling student'*, e porque é internacional a escala do impacto da sua tese (MACWHITE, 1951)¹¹. O segundo muito beneficiou da divulgação em língua portuguesa de alguns dos seus trabalhos.

¹¹ Eoin MacWhite, a quem não tem sido dada a importância merecida, na nossa perspectiva, faleceu prematuramente em 1972, com 49 anos. A partir de 1947 abraçou a carreira diplomática que combinou com a sua investigação, entretanto orientada para outras temáticas. Veja-se O'SULLIVAN, 1998.

A noção de Bronze Atlântico, que MacWhite adota mas que considera não ser completamente satisfatória, é alvo de uma primeira apreciação crítica, justificando a sua utilização num sentido geograficamente mais restrito e aplicada a fenómenos de finais da Idade do Bronze. Por isso cria também a expressão Proto-atlântico: estreitavam-se as balizas cronológicas daquele conceito, perspectiva que não se perdeu, antes se acentuou.

Valoriza, como é evidente, a metade atlântica da Península onde regista a chegada de elementos culturais atlânticos, de França, Irlanda, Grã-Bretanha, mas reconhecendo também os contactos com o Mediterrâneo, designadamente através das áreas mais meridionais a partir da Estremadura: estava lançada, de modo mais assertivo, a semente que criaria o lastro de múltiplas abordagens futuras, e hodiernas, focadas entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Sublinhe-se que incorpora ainda, de modo inovador, além dos metais, elementos como a arte rupestre e as estelas, caso da de Figueira (Vila do Bispo), publicada poucos anos antes¹², e que considera pertencer ao Bronze Atlântico (Fig. 14). Apoia-se designadamente nas representações de escudos (desta e em outras estelas) e no seu paralelismo com os originais irlandeses de entalhe em V, como testemunho das relações entre as Ilhas Britânicas e a Península Ibérica.

Estas conexões entre a Europa do Norte e a Península Ibérica são ‘redescobertas’ nos tempos que correm por alguns investigadores, alargando-as à Escandinávia. Coloca-se agora também a tónica nos paralelismos entre a arte rupestre dessa região, designadamente da Suécia, e alguns dos elementos figurados nas designadas ‘estelas de guerreiro’ peninsulares (LING & UHNÉR, 2014).

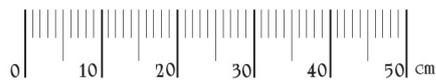
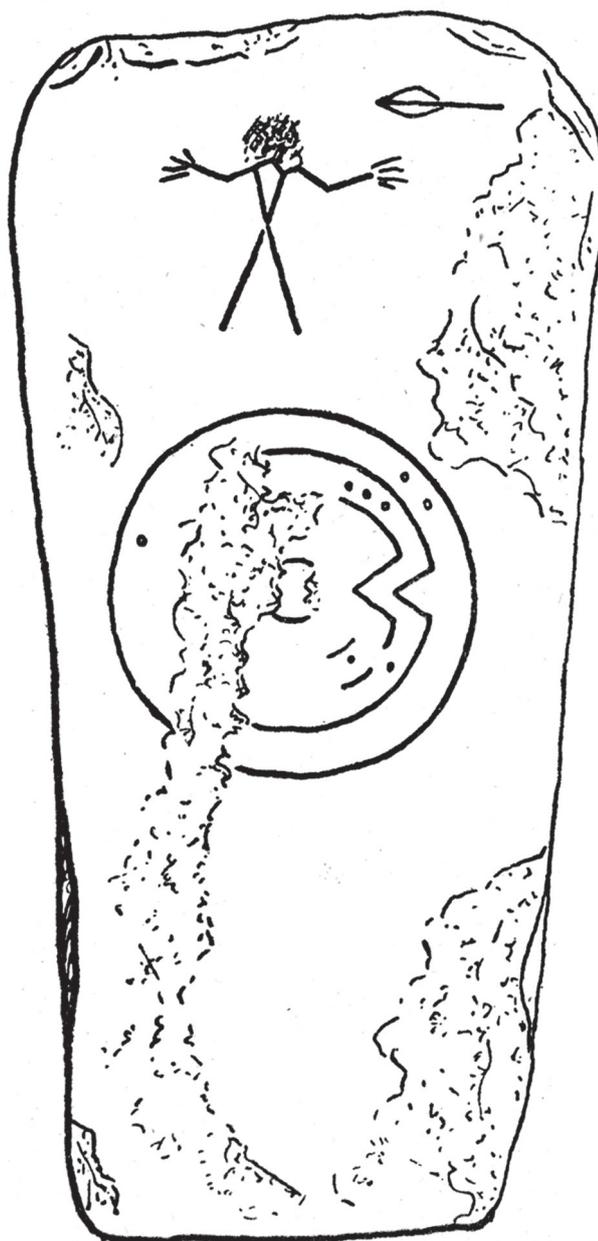


Fig. 14 – Estela de Figueira (Vila do Bispo), no original “Losa grabada del Bronce Atlántico” (segundo MacWHITE, 1951, adaptada, com escala corrigida em função das dimensões da peça).

¹² Tinha-a publicado, no volume de Homenagem a J. Martínez Santa-Olalla: MACWHITE, 1947.

Eis um nome – ‘estelas de guerreiro’ – apenas um entre outros que se reportam às mesmas entidades arqueológicas. ‘Estelas decoradas’, ‘estelas de tipo extremeño’, ‘estelas do Sudoeste’, ‘estelas tartéssicas’, ‘estelas lusitanas’, todos eles conceitos reveladores do percurso historiográfico de um tema e do modo como os investigadores criam, no sentido de conferir existência a factos arqueológicos.

Retomando o Bronze Atlântico, quanto a Savory, no trabalho que publica em 1949, destaca a dimensão geográfica do Bronze Atlântico, referindo-se ao Noroeste como o seu centro de gravidade, com base na concentração de artefactos metálicos, a qual se deveria à exploração do cobre dos Montes Cantábricos e do estanho da Galiza (SAVORY, 1949). Esta relação entre artefactos e recursos mineiros, que Estácio da Veiga observara já (*vd. supra*), vai mais longe, numa primeira tentativa de correlacionar também metais e cerâmicas: a sua Cultura do Noroeste ganha densidade com a incorporação da cerâmica de ‘tipo Penha’ que se junta aos machados e a outros objectos. Estas cerâmicas são, porém, uma miragem na Idade do Bronze, mal colocadas na linha do tempo, porque calcólíticas, conforme comprovou depois Susana Lopes nos anos 80 nos seus importantes e diversos trabalhos sobre o Norte de Portugal.

Estamos assim em meados do séc. xx com um Bronze Atlântico quase órfão de contextos, legitimado pelo metal, que circula entre regiões distantes, sobretudo atlânticas, e a que o estabelecimento de paralelismos tipológicos confere consistência aparente.

Mas um certo mal estar com este Bronze Atlântico, quase desumanizado, intuiu-se das palavras de Savory: “[...] the rarity of reliable associations of characteristic bronze implements and pottery in burials and settlements.” (SAVORY, 1949, p. 130).

E das de MacWhite: “Aunque tenemos bastantes datos ahora sobre las fuentes culturales del Bronce Atlántico hispánico, estamos en una ignorancia lamentable del ambiente cultural general – de sus poblados y de sus lugares de habitación, de sus sepulcros, cerámicas, etc. –, para no hablar de otros aspectos, como etnología, economía, sociología, etc.” (MACWHITE, 1951, p. 115).

Os metais, reduzidos à sua corporalidade e com distribuição expressa cartograficamente, já não satisfaziam.

5 – NOVOS HORIZONTES

Nas décadas seguintes, o estudo do Bronze Final prossegue, sempre sob a égide do metal, i.e., identificado com o Bronze Atlântico. O estudo do metal continuará ainda durante bastante tempo confinado aos artefactos enquanto produto final e na óptica do consumidor. Corte proficuo será introduzido quando se passou a olhar, também, para o produtor, i.e. para o artífice, seus instrumentos de trabalho e meios de produção numa perspectiva tecnológica que abriu o leque da investigação (v.g. ARMBRUSTER, 2000; 2002-2003).

Os anos 80 inauguram-se com dois importantes trabalhos, marcados por uma sistematização muitíssimo completa dos dados e por um real esforço de os contextualizar, revelando que algo estava em curso de mudança. O estudo continua essencialmente nas mãos de investigadores estrangeiros responsáveis por trabalhos que, se não satisfazem em pleno – entretanto passaram quatro décadas –, permanecem de indispensável consulta.

Philine Kalb, uma arqueóloga de campo, não poderia deixar de se posicionar numa atitude crítica face à bibliografia existente que, valorizando exageradamente em sua opinião a importância dada à tipologia e às relações a grande distância, descuidava-se dos estudos locais e regionais (KALB, 1980a: 114). Numa combinação de profunda revisão bibliográfica, de ensaio de localização possível de povoados, necrópoles e recursos mineiros, e da elaboração de um muito completo catálogo dos objectos de bronze dispersos por museus, vai

criar um modelo a que atribui carácter preliminar por omitir, porém, questões de cronologia. Entre outras interessantes observações, nota que cerca de metade dos achados metálicos atribuíveis ao Bronze Atlântico estão associados a povoados (KALB, 1980b, p. 26, 33).

Nesse modelo, que parte de uma base empírica de cerca de 76 sítios, distingue três grandes áreas de povoamento a que atribui base económica distinta (Fig. 15): o Norte (Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa), com jazidas de estanho e particular concentração de machados de talão; o Sul, ligado à exploração do cobre, ocupado pelo Bronze do Sudoeste que Schubart tinha definido em meados dos anos 70 (*vd. supra*); o Centro, polarizado pela Estremadura, sem jazidas metalíferas significativas. Aqui, o contraste entre esta lacuna e a grande densidade e variedade de achados de bronze e de ouro, de povoados e de depósitos, seria demonstrativo de um desenvolvimento económico florescente canalizado quase exclusivamente pela península de Lisboa, e para o qual encontra explicação na importância das relações comerciais a nível interno e externo (KALB, 1980a). A importância estratégica da Estremadura ficaria plenamente demonstrada em estudo posterior de cariz regional centrado nessa área (CARDOSO, 1999-2000).

Está visto que, mesmo valorizando contextos locais e regionais, não foi possível desvincular o Bronze Atlântico, nem do metal nem da macro escala, pois são esses dois os ingredientes maiores que estiveram na génese do conceito e que, de algum modo, o credibiliza(ra)m junto de muitos.

A ideia de Bronze Atlântico não é, até então, particularmente discutida, mas breve o será quando se interroga o seu sentido cultural, tendo Marisa Ruiz-Gálvez sido incisiva ao assumir que quando utilizamos esse conceito estamos simplesmente a falar de uma metalurgia comum e, às vezes, mais como contraposição ao mundo centro-europeu do que como um grupo cultural com entidade própria (v.g. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1987).

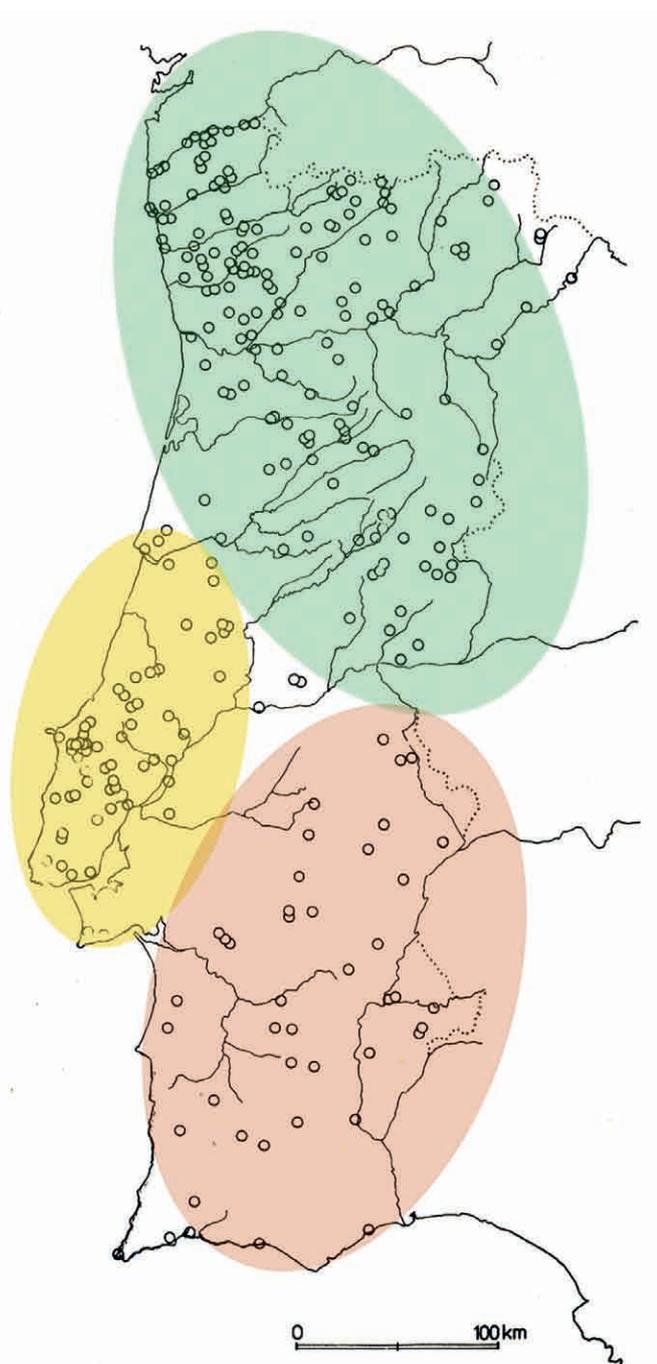


Fig. 15 – Lugares de achados do “Bronze Atlântico” em Portugal e sua articulação com os recursos mineiros de três regiões; verde: Norte e Interior centro com estanho; rosa: Alentejo com cobre; amarelo: Estremadura sem recursos significativos (segundo KALB, 1980a, mapa 1, adaptado).

Em linha divergente, Patrice Brun assume a existência de um Bronze Atlântico como uma identidade discreta de significado cultural, como uma cultura definida por um complexo de grupos culturais, setentrionais e meridionais, organizados de forma justaposta com tradução cartográfica (Fig. 16) (BRUN, 1998).

Por sua vez, na obra que dedicou à Península Ibérica e que defende como “Doctorat d’Etat” em 1982, André Coffyn não deixa de reconhecer a existência de grupos regionais específicos, ao mesmo tempo que recupera para o fenómeno uma visão do tempo longo, o II milénio a.C. (COFFYN, 1985). A perspectiva é a de um Bronze Atlântico como um imenso complexo, não de uma cultura: «Un ensemble de régions unies par leur grande richesse en minerais divers, leur situation à l’Extrême occident de l’Europe et les vocations spéciales de leurs peuples à la navigation...» (COFFYN, 1995, p. 9). Trata-se de comunidades com profundas divergências e particularidades: diferenças, porém, que fazem o Bronze Atlântico, que são o seu todo: «C’est cet ensemble de différences qui fait le Bronze atlantique.» (COFFYN, 1998, p. 169-170).

Entre essas especificidades regionais, trabalha em particular a que configura a região Centro de Portugal, que considera a fácies mais importante da Península Ibérica e que tem a Estremadura como polo estruturante. Aí encontra todas as produções comuns ao Bronze Atlântico, com importações, produções próprias e recriações que se exportam – no que chegou a designar por Bronze Lusitano —, considerando-o como «Le plus beau fleuron de ce complexe atlantique.» (COFFYN, 1998, p. 177). É ainda sobretudo o metal, a defini-lo: machados de talão, machados de talão unifaces, machados de alvado, pontas de lança, foices de ‘tipo Rocanes’, punhais de ‘tipo Porto de Mós’ e um tipo particular de espada ‘pistiliforme’ (as de Évora e de Vilar Maior).

Subjacente à sua tese está a ideia de que esse Bronze Lusitano foi indissociável das relações comerciais e culturais que manteve com outras regiões, atlânticas e mediterrâneas: são as ‘solidariedades atlânticas’ e as ‘solidariedades mediterrâneas’ (COFFYN, 1985). Essas relações que, em parte, MacWhite já vislumbrara (*vd. supra*). O Mediterrâneo é, em concreto, o Mediterrâneo central e, em particular, a Sardenha. Coffyn não esteve só e, tanto Marisa Ruiz-Gálvez Priego como Fulvia Lo Schiavo, com teses próprias e itinerários distintos traduzidos em profícua bibliografia, são referências incontornáveis nesse debate, entre outros.

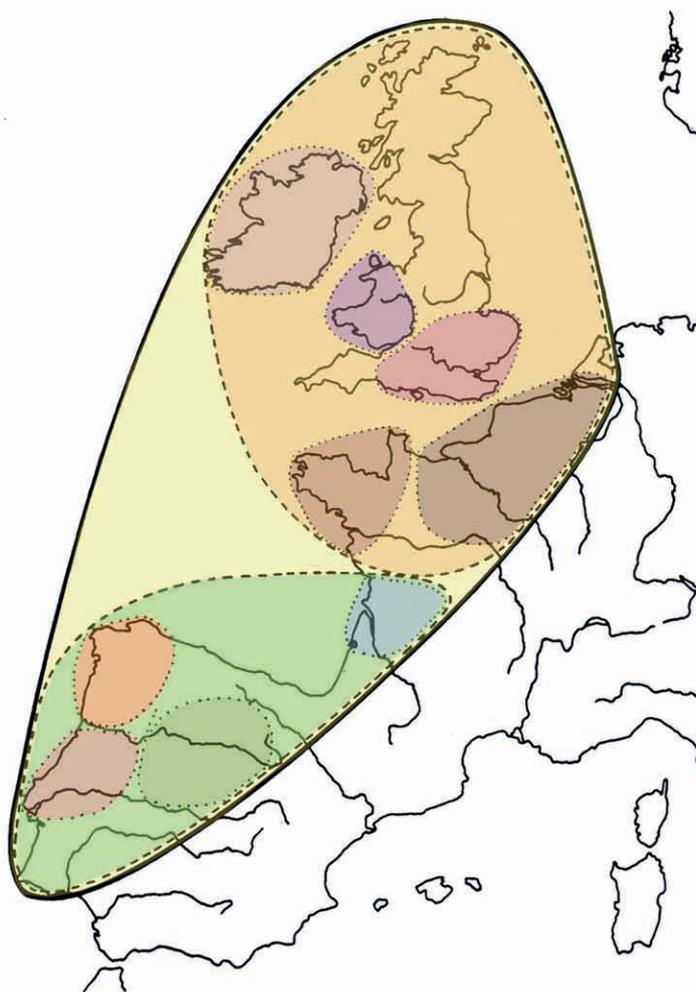


Fig. 16 - Mapa esquemático do complexo atlântico e suas subdivisões em Ha B2/3 (segundo BRUN, 1998, Fig. 1, adaptada).

Nesse debate cabe também o estudo do bronze sob a óptica da sua caracterização arqueometalúrgica, aspecto a que tanto Coffyn como Lo Schiavo prestaram relevantes contributos em diversos trabalhos. É este um outro longo caminho percorrido na investigação da Idade do Bronze, presente desde o seu início. São várias as publicações ainda do século XIX que atendem a esta vertente, sendo notável o esforço de diversos investigadores, como Martins Sarmento, Estácio da Veiga, Santos Rocha, etc., ao procurarem apoio em engenheiros, químicos e farmacêuticos (C. von Bonhorst, A. Bensaúde, O. Simões de Oliveira, etc.) para procederem a análises de caracterização química dos artefactos metálicos que estudaram.

Não era ainda chegado o momento de encontrar na Química respostas para a identificação das regiões de origem e de produção do metal com o objectivo de definir contactos e percursos. Então, quando a existência de uma Idade do Cobre e de uma Idade do Bronze estava ainda em debate (v.g. discussão que mobilizou alguns dos participantes do *Congrès* de 1880 e que continuaria), a caracterização química dos objectos oferecia-se como prioritária. A determinação da origem e rotas de circulação do metal foi objectivo ambicionado num segundo momento: nas décadas de 60 e 70, em torno do grande projecto internacional de arqueometalurgia coordenado por investigadores de Stuttgart, o qual integrou a análise de um número muito considerável de artefactos portugueses, calcolíticos e da Idade do Bronze (JUNGHANS *et al.*, 1960; 1968). Indiscutivelmente importantes, os resultados ficaram, porém, aquém das expectativas no que à questão da origem dos minérios e metal diz respeito.

Passado bem mais de um século, a arqueometalurgia da Idade do Bronze conhece tempos de assinalável dinamismo, com diversos projectos, concluídos, em curso e outros no horizonte. Além da caracterização química, a determinação de microdurezas dos artefactos e suas metalografias, embora em número ainda muito reduzido, são de particular interesse. São ainda de relevar os projectos que incorporam metodologias de análise apropriadas à identificação da procedência do metal e de caracterização de regiões mineiras, como as análises de isótopos de chumbo, fundamentais para a discussão mais consistente da circulação do bronze e, conseqüentemente, da mobilidade.

Embora com resultados limitados para o Bronze Final comparativamente com os de outras épocas, conforme foi recentemente sublinhado (MONTERO-RUIZ, 2018), aguarda-se a publicação do estudo das análises efectuadas a algumas peças do Centro de Portugal¹³: lingotes do depósito da Quinta do Ervedal (Fundão) e de Vila do Touro (Sabugal), foice, carrinho, espeto, gancho e molde de Nossa Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul), ponderais de Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) e tenaz de Freixianda (Ourém). No conjunto, os dados sugerem diversas procedências para o cobre, nomeadamente a Sardenha, resultados que, não fazendo prova, reforçam a argumentação que valoriza os contactos com o Mediterrâneo.

Por outro lado, distintos projectos europeus têm sustentado que alguns bronzes do sul da Escandinávia poderão ter sido produzidos com cobre da Península Ibérica, Sardenha e Áustria, facto revelador de conexões de longa distância (tal como a arte, *vd. supra*) (LING *et al.*, 2014), dos Alpes e da Eslováquia (RADIVOJEVIC *et al.*, 2018), tendo sido a escala da circulação do metal mesmo alargada à Afro-Eurásia no que se designou com a recente invenção do termo de “bronzization” (VANDKILDE, 2016).

Numa brevíssima avaliação global, poderemos reter quatro ideias principais: primeiro, que a exploração de minérios foi multipolar; segundo, que os centros produtores e receptores não se autoexcluíam entre si;

¹³ Análises realizadas no âmbito dos projectos coordenados por I. Montero-Ruiz, “Circulación de cobre en el final de la Edad del Bronce del Mediterraneo occidental: Peninsula Ibérica y Cerdeña” (HAR2014-52981-R) e por X.-L. Armada “Producción y deposición masiva de bronzes plomados en la transición Bronce Final - Edad del Hierro de la Europa atlántica” (HAR2017-84142-R).

terceiro, que nem sempre os recursos locais eram a primeira opção; quarto, que o metal viajava percorrendo longas, ou longuíssimas, distâncias (VILAÇA, 2020).

Aquela década de 80 associa-se também ao desenvolvimento de trabalhos sistemáticos de escavação apoiados em projectos de grande fôlego a que bastante mais tarde se juntou a multiplicação de intervenções no quadro da ‘arqueologia de salvamento’. Com eles ampliou-se a base empírica e reforçaram-se os sinais dos elos de âmbito mediterrâneo e já antes comentados. Num rastreio elaborado há cerca de uma década, e que hoje poderia ser actualizado, constata-se a sua dispersão de norte a sul, bem assim como a incorporação das regiões interiores nesse processo de inter-acção.

Esses elementos expressam-se com materialidades diversas no domínio dos objectos, do estilo, dos sistemas metrológicos, da tecnologia, etc. (v.g. VILAÇA, 2013) e entre os quais devemos incluir ainda a técnica de dourar por difusão térmica, conforme foi defendido com base na sua identificação por Elin Figueiredo no estudo de um cravo ornamental do Cabeço do Castro de São Romão (Seia) (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p. 414).

A essas materialidades deve ser também associada a assimilação de novos comportamentos rituais e ideias com impacto nas formas de vida das elites – sublinhe-se, das elites –, nas formas de combate, nos hábitos de beber e comer, nos modos de vestir, etc., tal como desde a segunda metade dos anos 80 Martín Almagro Gorbea vem defendendo, nomeadamente pelas reflexões que desenvolveu em torno dos materiais de Nossa Senhora da Guia de Baiões (v.g. ALMAGRO GORBEA, 1989). Ou seja, a estrutura ideológica das comunidades indígenas incorporara, também, elementos forâneos de timbre mediterrâneo, agora extensíveis ao Mediterrâneo mais oriental, designadamente a Chipre e à costa Sírio-Palestina.

A dispersão, e sobretudo o sentido do carácter residual desses testemunhos de cariz mediterrâneo em cada contexto, incorporados ou readaptados, não parecem, contudo, ter arrastado qualquer processo de ‘aculturação’ entre as comunidades. O assunto mereceu já da nossa parte alguma reflexão, tendo também sido sublinhado que, nesse panorama, sobressai o sítio de Baiões, porque tem (quase) tudo, tem muito e tem o que os outros não têm (Fig. 17) (VILAÇA, 2008; 2013).

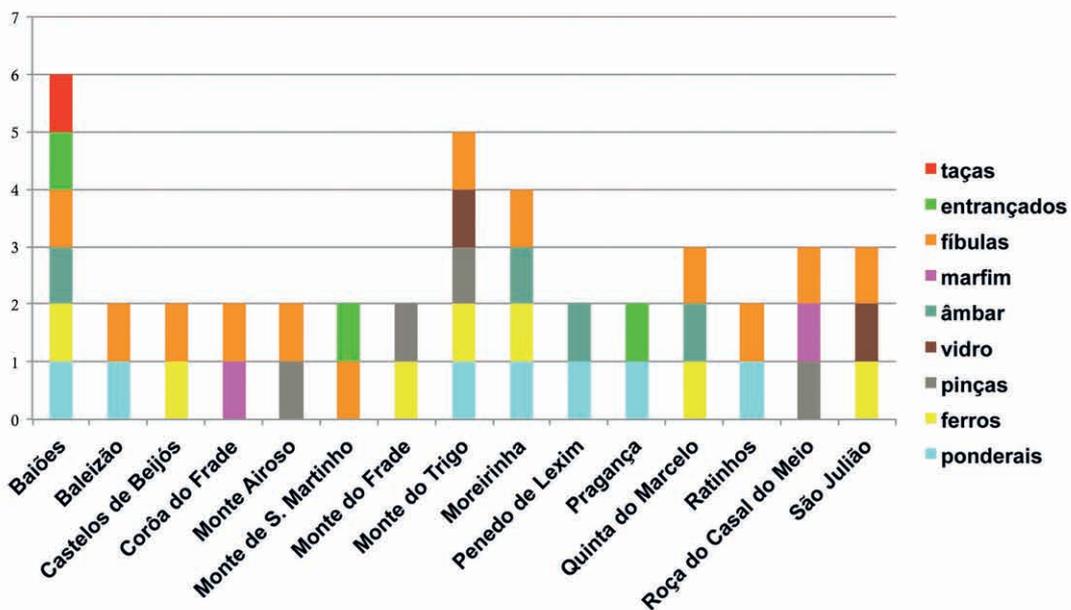


Fig. 17 – Comparação entre alguns dos contextos indígenas do território português com elementos de timbre mediterrâneo, destacando-se o sítio de Baiões (segundo VILAÇA, 2013, Fig. 15, adaptada).

Embora com impacte a nível arqueológico pelo seu exotismo e fácil reconhecimento, aqueles testemunhos serão mais reflexo de um processo de emulação protagonizado por uns quantos a que chamamos ‘élites’, do que verdadeiros agentes de mudança em termos comunitários e totalizantes: não se alteraram hábitos alimentares no dia-a-dia, nem a generalidade dos tipos cerâmicos ou metálicos reflecte alguma mudança abrangente, nem o modo de construir sofreu qualquer inovação, etc. Todas as novidades registam-se em cada contexto de modo excepcional. Assim, terão sido factores de diferenciação protagonizados por pequenos poderes individualizados, mas não agentes transformadores ou de mudança da sociedade no seu todo.

Essas conexões, se não traduziram qualquer processo de ‘aculturação’ no sentido antes exposto, poderão, porém, ter arrastado para o seio dessas comunidades “artesanos mediterrâneos – chipriotas o sardos – estabelecidos no sabemos si de modo estacional o permanente entre la población indígena (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2013, p. 293).

6 – A FECHAR

A escavação dos lugares habitados é (pode ser) critério para estabelecer uma nova etapa na investigação do Bronze Final, foi dito antes. A viragem reporta-se aos anos 70, também foi dito, sendo certo que será nas duas últimas décadas do século XX, e daí adiante, que se densifica e diversifica a informação proveniente daqueles espaços e contextos.

Recorde-se que um dos primeiros lugares de habitação a ser escavado em moldes científicos foi a Coroa do Frade (Évora), o que só aconteceu em 1971 (ARNAUD, 1979). A intervenção foi prematuramente posta de lado.

Um outro foi a Senhora da Guia de Baiões, alvo de escavações em 1973, com importantes mas controversos resultados, alguns ainda não resolvidos, outros talvez insolúveis (VILAÇA, 2008, p. 374, nota 13).

O seu responsável, o cónego Celso Tavares da Silva, numa atitude de grande humildade científica e face àqueles resultados, pede ajuda regressando ao campo em 1977. Nesta campanha, onde se escava uma área com mais de 85 m², com várias lareiras identificadas, fica demonstrado que se trabalhava localmente o bronze: diversos artefactos, inúmeros fragmentos disformes de metal, restos de moldes, cerâmica de produção, barro queimado, estruturas de combustão, são indicadores de uma zona de fundição (KALB, 1978, p. 117 e fig. 7; 1979, p. 584). Não se compreende porque motivo estes importantes dados, respeitantes à ‘zona 3’, têm sido negligenciados na bibliografia. Nova intervenção, agora de urgência, ocorre em 1983, limitando-se à escavação de 4m² no sítio onde dias antes tinham sido encontrados artefactos verdadeiramente surpreendentes¹⁴ (SILVA *et al.*, 1984).

A planta que encontramos neste último trabalho, elaborada com base em levantamento topográfico de Philine Kalb, reúne a implantação de todas as sondagens realizadas, em 1973, 1977 e 1983, que se identificam a cor na imagem readaptada aqui inserida (Fig. 18).

Esta figura incorpora também de modo complementar, num exercício mais arriscado pela imprecisão dos dados existentes, a área aproximada de achado dos dois colares e bracelete de ouro de ‘tipo Sagrajas-Berzocana’ casualmente encontrados em 1947 (ARMBRUSTER & PARREIRA, coord., 1993, p. 64-67). Abria-se então o caminho que circunda o adro da capela da Senhora da Guia quando, debaixo de uma pedra e “a cerca de 8 m e para Sueste da escada de acesso ao mesmo adro” apareceram as joias (SILVA, 1979, p. 516).

¹⁴ A profícua e importantíssima bibliografia que tem sido produzida a nível nacional e internacional sobre estes achados e o debate que tem gerado traduzem em si a relevância dos dados.

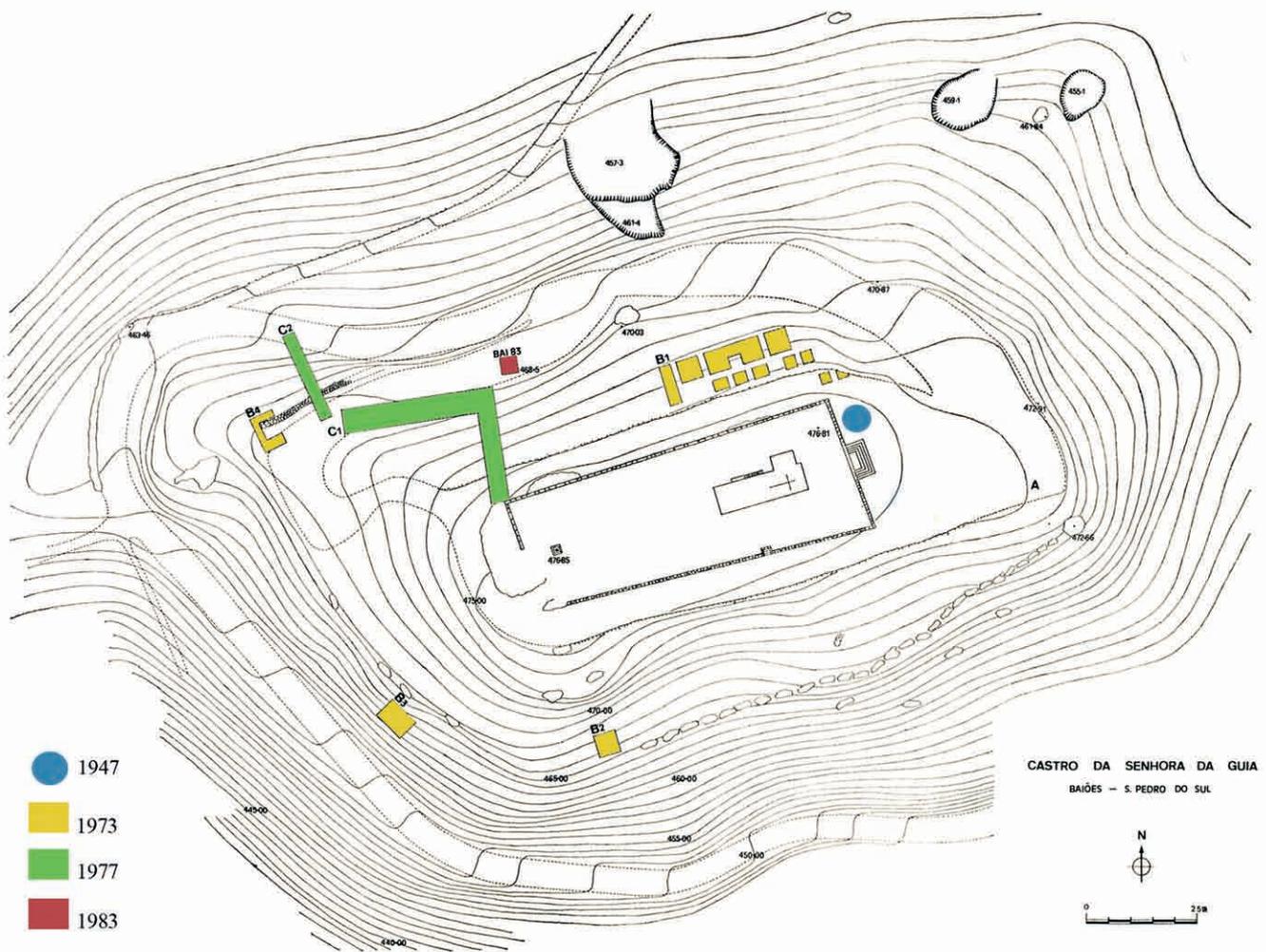


Fig. 18 - Planta do povoado de Nossa Senhora da Guia de Baiões
(Silva *et al.*, 1984, est. I sobre levantamento topográfico de P. Kalb, adaptado e completado).

Note-se que a sua deposição em lugar diametralmente oposto ao do contexto do grande conjunto de bronzes achado em 1983, este a noroeste, aquele a nascente, poderá evocar uma organização espacial do cerne do povoado com separação simbólica de ‘coisas’ e de matérias – o ouro aqui, o bronze acolá – consubstanciando algum jogo performativo de apropriação/ construção relacional do espaço, que só podemos intuir. Nesta acepção, ambos os conjuntos, e conjuntamente, poderão ser entendidos como marcadores rituais num lugar que não foi só de habitação.

Também será necessário, um dia, correlacioná-las, as sondagens, com a distribuição espacial das estruturas (v.g. várias lareiras e alinhamentos de pedras na zona B1) e dos materiais recuperados, reconstituindo, designadamente, as disposições e associações dos que foram encontrados em 1983, trabalho que parece ter sido iniciado mas sem consequências até ao momento: falta conhecer o código da numeração (1 a 17) disponibilizada (SILVA *et al.*, 1984, p. 74 e est. II).

Um daqueles problemas não resolvido é transversal a muitos outros sítios e, por conseguinte, é um problema em aberto, quer dizer, com futuro: a falta de sequências ocupacionais, ou de sequências mais consistentes, que possam expressar continuidades e discontinuidades nos itinerários das pessoas, dos sítios e das

coisas. Todavia, essas cadências no continuum que é o tempo não se esgotam nas estratigrafias e nas materialidades, mas resultam também de outras variáveis, como a relativa ao que se conhece em cada momento e o que cada investigador valoriza. Nos dias de hoje são em número muito limitado os povoados alvo de escavações em área integradas em projectos centrados nos finais da Idade do Bronze, o que condiciona o processo de aquisição de novos dados.

A propósito dos sítios de habitação – e são muito diversas, nomeadamente em termos regionais, as realidades conhecidas – André Coffyn diria: «Nous n'avons encore que très peu de détails sur leur organisation et leurs structures et les stratigraphies sont décevantes comme sur le castro de Nossa Senhora da Guia.» (COFFYN, 1983, p. 173). Para este sítio, Armando Coelho preconizou que a sua ocupação não teve grande amplitude cronológica, classificando-o como “povoado castrejo da Fase I” (Fase IA: 900-700 a.C.), muito embora “com outros vestígios e ocupação posterior...” (SILVA, 1986, p. 36, 124).

Justamente, o que fazer com as cerâmicas estampilhadas, e são bastantes, que se encontram ainda por estudar convenientemente (SILVA, 1979: est. X), ou o que dizer das cerâmicas fabricadas a torno e dos recipientes com asas internas que também parecem estar presentes (LOPES, 1993, p. 49, 158)¹⁵? Expressam apenas um epifenómeno, ou traduzem efectiva continuidade de ocupação após os séculos IX-VIII a.C.? E, a ter-se verificado, terá sido essa ocupação sequencial, ou foi ocupação deslocada espacialmente da do Bronze Final? Se é certo que, do ponto de vista da dinâmica da formação dos depósitos arqueológicos é compreensível que “Todo o material se encontrava numa única camada arqueológica, pouco espessa, onde as formas mais antigas se misturavam com as consideradas mais recentes” (SILVA, 1978, p. 528), já o não é na perspectiva diacrónica, porque parece ser difícil de aceitar a contemporaneidade das duas categorias de cerâmicas em causa, as de tipo Baiões e as estampilhadas.

O sítio de Baiões, a sua linha no tempo, a biografia das coisas que lá se encontraram – intactas, em curso de fabrico, usadas, intencionalmente deformadas, desgastadas, restauradas, descartadas –, a mobilidade descontrolada de alguns dos seus achados – dispersos por diversas mãos e instituições, em Portugal e em Espanha, alguns perdidos ou em lugar desconhecido sem ninguém assumir responsabilidades –, o itinerário das suas pesquisas, as de campo e as outras, e seus respectivos autores, configuram, de modo exemplar, um ‘caso de estudo’ no quadro de um colóquio sobre História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia.

Não foi esse o caminho aqui percorrido, mas podia tê-lo sido. De todo o modo, um caso emblemático e incontornável a visitar; porque tem vários problemas em aberto, desde os científicos aos de índole patrimonial; porque em seu torno giram conceitos de significado distinto; porque se confundem tipos, estilos cerâmicos e metálicos com um grupo cultural de consistência discutível.

A entidade discreta ‘Grupo cultural Baiões/ Santa Luzia’ utilizada por alguns investigadores, de que Senna-Martinez tem sido um dos maiores adeptos e o que maior esforço lhe tem dedicado para lhe atribuir conteúdo e expressão geográfica define-o em diversos trabalhos do seguinte modo: pelo povoamento com ‘lugares centrais’ e sítios subsidiários; por povoados de pequena dimensão (média de 0,5 ha) e com uma população de 200 a 300 habitantes; por povoados com grande visibilidade e preocupação de controle da paisagem; pela cooperação entre diversos assentamentos; pela existência de pequenos excedentes alimentares; pela produção cerâmica e metalurgia local e doméstica, em pequena escala, para consumo próprio; pela deco-

¹⁵ Baiões necessita da abordagem integrada, nunca concretizada, englobando o estudo de material ainda inédito (em 2011 havia contentores com material por lavar) e perspectivada no estudo do território e respectiva rede de lugares. Por outro lado, não se entende o motivo pelo qual importantes materiais cerâmicos estudados em sede de trabalho académico não foram ainda devolvidos pelo seu responsável (LOPES, 1993).

ração da cerâmica que permite fazer distinções subregionais o que sugere a identificação de diferentes linhagens femininas de oleiras; por a metalurgia (conhecimento em boa parte por si produzido em projectos que dirigiu ou em que colaborou, tendo sido analisado o importante número de cerca de 73 artefactos) ser binária, com impurezas de As e Pb (v.g. SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p. 412-414) (Fig. 19).

Porém, todos estes componentes, com excepção da característica cerâmica designada de ‘tipo Baiões’ (e não se afigura necessário juntar ‘Santa Luzia’) e, independentemente desta traduzir ou não linhagens femininas, são elementos transversais às comunidades de finais da Idade do Bronze de outras regiões distintas do território português e, nessa medida, não devem ser nem apropriados nem aprisionados num ‘grupo cultural’ independente com fronteiras delimitadas. Se pretendermos falar em grupos culturais teremos de dizer que vários deles – quais? – partilham elementos similares, i.e., elementos não distintivos, que não fomentam identidade através de materialidades.

Em relação à cerâmica, esta prefigura, tão somente, do nosso ponto de vista, um território estilístico na Beira Alta pelo expressivo número de sítios e quantidade em que se encontra, sendo bastante residual em outros territórios periféricos ou mais afastados. A visibilidade é a de um grupo de cerâmicas, não de um grupo cultural que, nos demais domínios (modelos de povoamento, actividades diárias de manutenção, produção metalúrgica, organização sócio-económica, etc.) pouco se distingue do que caracteriza outras comunidades contemporâneas.

No caso da metalurgia do ‘Grupo cultural Baiões’ ela é a metalurgia transversal ao Bronze Final do Ocidente peninsular: o mesmo tipo de objectos e de ligas, sempre binárias. O que se distingue são determinados objectos em bronze do sítio de Baiões – sobretudo os achados de 1983, sem paralelos conhecidos como conjunto em contexto de habitação –, mas aí estamos a distinguir um conjunto metálico, um sítio, e um sítio não faz um grupo cultural com vários povoados e menos ainda um território discreto.

Quando Armando Coelho utiliza pela primeira vez o conceito de ‘Grupo de Baiões’, preconiza-o para os metais (SILVA, 1984, p. 94), metais cuja produção em termos de meios e de instrumentos de trabalho parece ser bastante

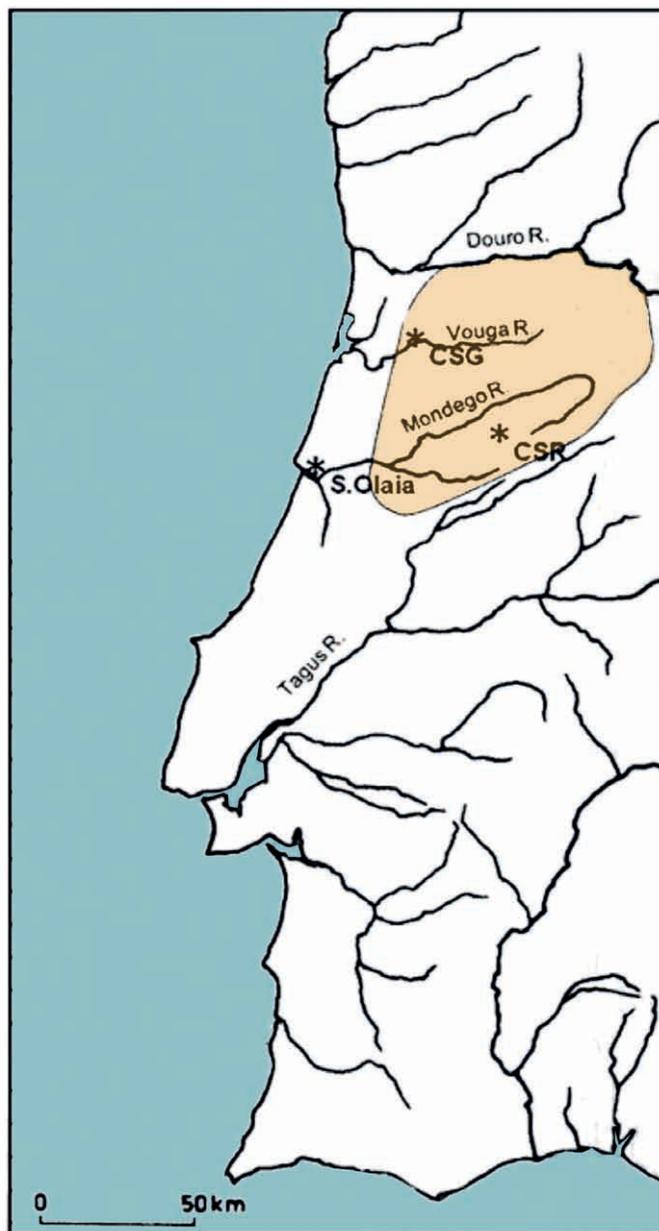


Fig. 19 – Mapa com localização da área conotada com o Grupo Cultural Baiões/ Santa Luzia com indicação dos principais sítios: CSG-Senhora da Guia de Baiões, CSR-Cabeço do Crasto de São Romão, S. Olaia-Santa Olaia (segundo SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, Fig. 1, adaptado).

distinta da que se encontra nos outros sítios atribuíveis ao ‘Grupo cultural Baiões/ Santa Luzia’. Ali produziu-se, também, em série, ou manipularam-se grandes e pesados artefactos (v.g. foices de alvado, machados de talão). Não nos parece que, perante tais evidências, se tenha produzido em pequena escala, com destino local, nem que o consumo fosse só doméstico (SENNA-MARTINEZ *et al.* 2011, p. 413).

Temos assim alguma dificuldade em acompanhar as deduções relativas aos cálculos sobre o bronze recuperado na Senhora da Guia de Baiões traduzíveis num total de menos de 18 kg e numa produção anual de cerca de 6 kg (SENNA-MARTINEZ, 2005, p. 906). Em especial, este último valor, faltando – e faltar sempre – uma variável fundamental que informasse durante quanto tempo o sítio esteve ocupado, de pouco vale. De todo o modo, tais montantes não nos parecem comparáveis com o que se conhece de outros sítios, sejam da região de Viseu e Planalto Beirão, sejam os escavados na Beira Interior, designadamente na região de Idanha-a-Nova e Penamacor. Aqueles montantes reportam-se a um sítio especial que não parece ser replicável fora desse local.

A metalurgia dos povoados desta última região, que se considerou, com base no estudo dos artefactos, no tipo de moldes e na capacidade dos cadinhos, uma “actividade doméstica e modesta, tecnologicamente limitada, de âmbito familiar e com produção em pequena escala, destinada total ou maioritariamente a usufruto interno de cada comunidade” (VILAÇA, 1998, p. 358) não nos permite, no que à sua escala e natureza diz respeito, estabelecer qualquer paralelo com o povoado de Baiões.

A Senhora da Guia de Baiões, pela riqueza, não só a artefactual, mas a científica como lugar especial que foi, é talvez dos sítios portugueses da Idade do Bronze sobre o qual mais se tem escrito. E, claro, continuar-se-á a escrever. Em poster que se debruçou sobre algumas cerâmicas inéditas de Baiões apresentado nas *II Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-histórica da FLUC* (2011) foi incorporado um estudo bibliométrico com base numa amostra de 138 referências sobre o sítio, número hoje muito longe de ter alguma representatividade, mas bem expressivo do interesse internacional que a entidade Baiões suscita (Fig. 20) (FERNANDES & SILVA, 2011).

*

Nestas páginas, que oscilaram entre o resgate de contributos esquecidos e problemas não resolvidos, entre avanços e recomeços, entre coisas, nomes e conceitos numa perspectiva multi-escalar – no tempo e no espaço –, com pessoas, as de há 3000 anos e as que sobre elas têm reflectido, há um único ponto conclusivo e não merecedor de discordância, cremos: continuar o caminho retomando itinerários e rasgando novos trilhos.

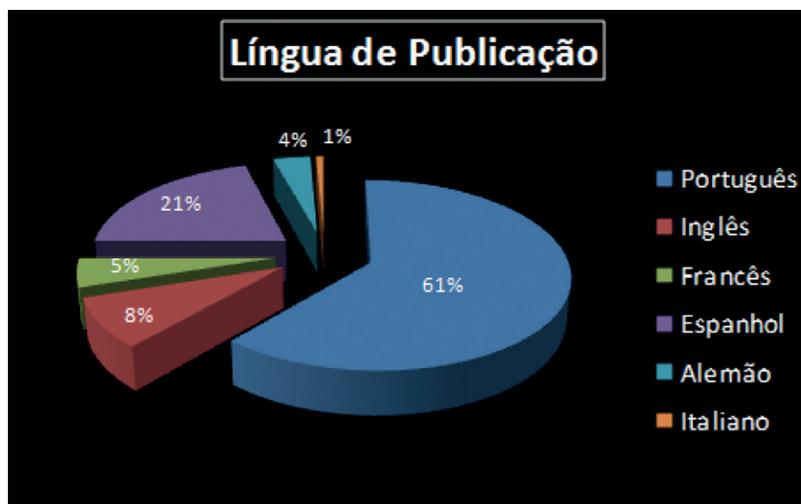


Fig. 20 – Estudo bibliométrico realizado em 2011 demonstrando o carácter internacional das publicações relativas à Senhora da Guia e Baiões (FERNANDES & SILVA, 2011).

AGRADECIMENTOS

A José Luís Madeira (DHEEAA- FLUC) pela ajuda no tratamento das imagens.

REFERÊNCIAS

- AA.VV. (2013) – Sistemas de povoamento do território português no decurso do Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20. p. 155-354.
- AA.VV. (2014) – *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Antrope Monográfica 1. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las Estelas decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: CSIC. Biblioteca Praehistorica Hispana. Vol. VIII.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1989) – Arqueología y Historia Antigua: El Proceso protoorientalizante y el inicio de los contactos de Tartessos con el Levante Mediterráneo. *Anejos de Gêrion*. II, p. 277-288.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – Precolonización y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 81-100.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Montagnac: Monographies instrumentum 15. Éditions monique mergoïl.
- ARMBRUSTER, B. (2002-2003) – A metalurgia da Idade do Bronze Final atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 10/11, p. 145-155.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (coord.) (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. 1º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: IMC.
- ARNAUD, J. M. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora – escavações de 1971/1972. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 20, p. 56-100.
- BELTRAME, M.; BOTTAINI, C.; CRUZ, A.; VILAÇA, R.; CANDEIAS, A. & MIRÃO, J. (2018) – O *Tumulus* 1 do Souto (Abrantes, Médio Tejo): novos contributos para o conhecimento das materialidades do mundo funerário do Bronze Final no Centro de Portugal. *Estudos do Quaternário*. Braga. 19, p. 33-48.
- BETTENCOURT, A. (1998) – O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. In JORGE, S. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 18-34.
- BOSCH GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Iberica*. Barcelona: Editorial Alpha.
- BOTTAINI, C. (2012) – *Depósitos metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII A.C.) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Tese de doutoramento].
- CAMPOS, J. Aires de (1877) – *Catálogo dos objectos existentes no Museu do Instituto de Coimbra*. [Suplemento, 1883].
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) - Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-414.
- CARDOSO, J. L. (2000) – A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. Lisboa. III Série. 2, p. 243-251.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos*. 6, p. 325-345.

- CARDOZO, M. (1970) – Die Vorgeschichtliche Höhensiedlung von Penha bei Guimarães. *Madriener Mitteilungen*. Heidelberg. 11, p. 91-95.
- CARTAILLAC, E. (1886) – *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et le Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- CERTEAU, M. de (1990) – *L'invention du quotidien. 1. Arts du faire*. Paris: Gallimard.
- CHEVILLOT, Ch. & COFFYN, A. (dir.) (1991) – *L'Âge du Bronze Atlantique*. [Actes du 1^{er} Colloque du Parc Archéologique de Beynac]. Beynac-et-Cazenac: A.MU.SA.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l'âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris 11. col. Maison Pays Ibériques 20.
- COFFYN, A. (1998) – Une entité contestée: le Bronze Atlantique. In JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 166-178.
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os Povos Primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia Pre-Romana. In PERES, D. (ed.) – *História de Portugal*. Vol. I. Barcelos: Portucalense Editora Ld.^a, p. 77-214.
- CRUZ, D. J. (1997) – A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 5, p. 85-109.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. & WHEATLEY, D. (2015) – Rock Art and Digital Technologies: The application of Reflectance Transformation Imaging (RTI) and 3D Laser Scanning to the study of Late Bronze Age Iberian Stelae. *MENGA Revista de Prehistoria de Andalucía*. 4, p. 187-203.
- DOMINGOS, J. & GOMES, J. (1994) – Objectos histórico-arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *V Jornadas Arqueológicas*. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 229-237.
- EXPOSIÇÃO (1869) – *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia: promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra sob a presidencia de Olympio Nicolau Ruy Fernandes*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FERNANDES, D. & SILVA, S. (2011) – Cerâmica inédita da Nossa Senhora da Guia, Baiões. *II Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-histórica da FLUC*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GALÁN, E. (2005) – Evolución, adaptación y resistencia. En torno a las formas de intercambio de las comunidades atlánticas en contacto con el mundo orientalizante. In CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Periodo Orientalizante*. I. Mérida: Anejos de AEspA, XXXV, p. 467-475.
- GALÁN, E. & RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1996) – Divisa, dinero y moneda. Aproximación a los patrones metrológicos prehistóricos peninsulares. *Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda. Complutum Extra*. Madrid. 6. II, p. 151-165.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, A. P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja): Estudo Comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 281-343.
- INGOLD, T. (2000) – *The Perception of the Environment*. London: Routledge.
- JORGE, S. (ed.) (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Trabalhos de Arqueologia 10, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1960) – *Mettalanalysen Kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bondenfunde aus Europa* (Studien zu den Anfängen der Metallurgie). I. Berlin: Gebr. Mann Verlag (SAM 1).
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas* (Katalog der Analysen Nr. 985-10.040). Berlin: Gebr. Mann Verlag, Band 2 – Teil 3 (SAM 2, 3).
- KALB, P. (1974-1977) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7/9, p. 141-144.
- KALB, P. (1978) – Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 aus einer Höhensiedlung der atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 19, p. 112-138.
- KALB, P. (1979) – Contribucion para el estudio del Bronce Atlantico: excavaciones en el castro “Senhora da Guia” de Baiões (concelho S. Pedro do Sul). *XV Congreso Nacional de Arqueología* (Lugo, 1977). Zaragoza, p. 581-585.
- KALB, P. (1980a) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste de Portugal*. Guimarães, p. 113-120.
- KALB, P. (1980b) – Zur atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 23-59.
- LEHOËRFF, A. (2008) – Les enjeux de la construction du temps en archéologie. In LEHOËRFF, A. (dir.), *Construire le temps. Histoire et méthodes des chronologies et calendriers des derniers millénaires avant notre ère en Europe occidentale*. Glux-en-Glenne: Collection Bibracte 16, p. 9-16.
- LING, J. & UHNÉR, C. (2014) – *Rock Art and Metal Trade*. Adoranten. Scandinavian Society for Prehistoric Art: Tanums Hällristnings Museum Underslöss, p. 23-43.
- LING, J.; STOS-GALE, Z.; GRANDIN, L.; BILLSTRÖM, K.; HJÄRTHNER-HOLDAR, E. & PERSSON, P.-O. (2014) – Moving metals II: provenancing Scandinavian Bronze age artefacts by lead isotope and elemental analyses. *Journal of Archaeological Science*. 41, p. 106-132.
- LOPES, A. B. (1993) – *A Cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões)*. Porto: Universidade do Porto [Tese de Mestrado, policopiada].
- MACWHITE, E. (1947) – Sobre unas losas grabadas en el Suroeste de la Península Ibérica y el problema de los escudos de tipo Hierzprung. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 22 (1-4), p. 158-166.
- MACWHITE, E. (1951) – *Estudios sobre las Relaciones Atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre. Disertaciones Matritenses. II.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1941) – *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Arqueologia & História. Monografias. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) no contexto da política de salvaguarda patrimonial. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 26, p. 183-252.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- MONTERO-RUIZ, I. (2018) – La procedencia del metal: consolidación de los estudios con isótopos de plomo en la Península Ibérica. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 28, p. 311-328.
- MURILLO-BARROSO, M. & MARTINÓN-TORRES, M. (2012) – Amber Sources and Trade in the Prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. 15 (2), p. 187-216.

- MURILLO-BARROSO, M.; PEÑALVER, H.; BUENO, P.; BARROSO, R.; BALBÍN, R. & MARTINÓN-TORRES, M. (2018) – Amber in prehistoric Iberia: New data and a review. *PLoS ONE*. 13 (8) <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0202235>
- O’SULLIVAN, M. (1998) – Eoin MacWhite: archaeologist, scholar, diplomat (1923-1972). *Journal of Iberian Archaeology*. Vol. 0. Porto: ADECAP, p. 133-142.
- ODRIOZOLA, C.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J. Á.; RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNEZ-BLANES, J.; ÁNGEL AVILÉS, M.; DAURA, J.; SANZ, M. & ANTONIO RIQUELME, J. (2017) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: an update. *Archaeological and Anthropological Sciences*, p. 1-2. <https://doi.org/10.1007/s12520-017-0549-7>
- PARE, C. (ed.) (2000) – *Metals Make the World Go Round*. Oxford: Oxbow Books.
- PEREIRA, E. S. (2018) – *Colecionismo arqueológico e redes de conhecimento. Atores, coleções e objetos (1850-1930)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio/ Património Cultural. Coleção Estudos de Museus.
- PROENÇA, F. T. (1905) – *Notice sur deux monuments épigraphiques*. Coimbra: Typographia França Amado.
- RADIVOJEVI, M.; ROBERTS, B.; PERNICKA, E.; STOS-GALE, Z.; MARTINÓN-TORRES, M.; REHREN, T.; BRAY, P.; BRANDHERM, D.; LING, J.; MEI, J.; VANDKILDE, H.; KRISTIANSEN, K.; SHENNAN, S. & BROODBANK, C. (2018) – The Provenance, Use, and Circulation of Metals in the European Bronze Age: The state of Debate. *Journal of Archaeological Research*. <https://doi.org/10.1007/s10814-018-9123-9>
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1987) – Bronce Atlántico y “cultura” del Bronce Atlántico en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 44, p. 251-264.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (2013) – *Con el fenicio en los talons. Los inicios de la Edad del Hierro en la Cuenca del Mediterráneo*. Barcelona: bellaterra arqueologia.
- SAVORY, H. N. (1949) – The Atlantic Bronze age in South Westren Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 15, p. 128-155. [A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*. Guimarães. 61 (3-4). 1951, p. 323-377].
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Madrider Forschungen, Band 9. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, F.; SILVA, R.; VALÉRIO, P. & VAZ, J. I. (2011) – Metallurgy and Society in “Baiões/Santa Luzia” Culture Group: results of the Metabronze Project. In MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS, J. & CARVALHO, J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM, p. 405-420.
- SERRA, M. (2014) – Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. In VILAÇA, R. & SERRA, M. (coord.), *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: IARQ/FLUC, CEAACP, Palimpsesto Lda. http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/2014_Bronze_sw.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, C. T. (1978) – Cerâmica típica da Beira-Alta. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 185-196.
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*, 38 (3), p. 511-531.

- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2018) – Génese do conceito “Cultura do Bronze do Sudoeste”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 375-396.
- SILVA, J. Possidónio da (1878) – *Noções Elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallemand Frères.
- SILVA, J. Possidónio da (1883a) – Communication sur les haches de bronze trouvées en Portugal faite dans le Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie à Lisbonne, 1880. *Extrait du Bulletin des Architectes et Archeologues Portugais*. Lisboa. Série II, 4 (1), p. 1-7.
- SILVA, J. Possidónio da (1883b) – Grande argola de ouro achada em Portugal na provincia da Extremadura em 1883. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 4, p. 62-63.
- SILVA, J. Possidónio da (1884) – Sur les haches en bronze trouvées en Portugal. *Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie à Lisbonne. Compte Rendue de la Neuvième Session, 1880*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 358-366.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de Chronologie et d'Ethnographie Ibériques*. Tome I. De la fin du Quaternaire a la fin du Bronze. Paris: Paul Geuthner.
- SPINDLER, A.; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1973-74) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-154.
- VANDKILDE, H. (2016) – Bronzization: The Bronze Age as Pre-Modern Globalization. *Praehistorische Zeitschrift*. 91 (1), p. 103-123.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897, 1905, 1913) – *Religiões da Lusitânia*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1906) – Estudos sobre a Epoca do Bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 179-189.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22, p. 107-169.
- VEIGA, S. P. Estácio da (1886, 1887, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistóricos*. Vol. 1 a 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. 2 vols. Lisboa: IPPAR. Trabalhos de Arqueologia 9.
- VILAÇA, R. (2006) – *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 24, p. 9-150.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S., RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*. Madrid: Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC. Série Arqueológica, p. 371-400.
- VILAÇA, R. (coord.) (2011) – *Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal: Sabugal+, CEAUCP, IARQ/FLUC.
- VILAÇA, R. (2013) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In AUBET, E. & PAU, S. (coord.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas [Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 2011-2012, 21]*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, p. 13-30.
- VILAÇA, R. (2015) – Dados e Reflexões sobre a Arqueologia Pré-Romana da Região de Penela. In NETO, M. S. (coord.), *Penela. Um Percurso pelo Tempo*. Penela: Palimage, p. 21-50.

- VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Mesa-Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro”* [Estudos Pré-históricos 17, 2012]. Viseu, p. 101-133.
- VILAÇA, R. (2020) – Comércio a longa distância na Idade do Bronze. In FIOLEAIS, C., FRANCO, J. E. & PAIVA, J. P. (dir.) – *História Global de Portugal*. Círculo de Leitores, p. 47-52.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos/ Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 5-29.
- VILAÇA, R.; BECK, C. & STOUT, E. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal. *Madrider Mitteilungen*. 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. Série II, 13, p. 48-57.
- VILAÇA, R. & CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. In CELESTINO PÉREZ, S. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territórios comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Anejos del Archivo Español de Arqueología LXXX. Merida: CSIC. Instituto Arqueología, p. 237-281.
- VILAÇA, R. & BAPTISTA, P. (2020) – Reflexões sobre a mobilidade humana entre sociedades agrafas: natureza, escalas, sinais e campos de ação. In VILAÇA, R. & AGUIAR, R. S. (ed.), *(I) Mobilidades na Pré-história. Pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 15-49.